



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

THIAGO SILVEIRA OLIVEIRA

**REFLEXOS DA POLÍTICA DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
NA BAHIA: DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Orientador: Me. Alex de Souza Silva

Vitória da Conquista (BA)

2010

THIAGO SILVEIRA OLIVEIRA

**REFLEXOS DA POLÍTICA DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
NA BAHIA: DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Trabalho Monográfico apresentado ao curso de bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como avaliação final para conclusão de curso, sob a orientação do professor Alex de Souza Silva.

Vitória da Conquista (BA)

2010

THIAGO SILVEIRA OLIVEIRA

**REFLEXOS DA POLÍTICA DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL
NA BAHIA: DESCONCENTRAÇÃO CONCENTRADA NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR**

Aprovada em 16/04/2010

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. Alex de Souza Silva
Orientador

Professor Me. Josias Alves de Jesus

Professor Me. Darci Rodrigues Alves

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Mário Raimundo da Silva Oliveira e a minha mãe Juçara Silveira Oliveira pela educação que me deram, bem como pelos valores éticos e morais que me transmitiram e pela influência que exerceram na minha escolha quanto ao curso de Ciências Econômicas. Simplesmente, sem eles esse sonho jamais se concretizaria.

Agradeço às minhas irmãs pelo companheirismo e estímulo, aos professores pelos conhecimentos transmitidos, aos colegas pelos bons momentos que passamos juntos, a todos os amigos e familiares.

Agradeço à minha namorada e ao meu filho que suportaram todo esse tempo distante, mas que sempre me apoiaram e me deram força para buscar os meus objetivos.

Agradeço também ao meu orientador, professor Alex de Souza Silva que aceitou o desafio de me auxiliar nesta batalha. Sou grato pela sua paciência, pela sua amizade, pelo seu comprometimento, pela sua confiança em minha capacidade de trabalho e por estar sempre contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento desta pesquisa, de modo que atribuo ao professor a maioria dos méritos, isentando-o das possíveis falhas, que são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de mostrar que no processo de planejamento para a industrialização da Bahia o governo do Estado acabou, através da política de localização industrial, baseada na concessão de incentivos fiscais e financeiros, promovendo uma concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador e ampliando as desigualdades intraregionais. Para tanto a trajetória metodológica utilizada nesta investigação baseou-se nas Pesquisas exploratória e descritiva. O arcabouço teórico que guiou o trabalho em apreço apoia-se, principalmente, nos estudos de François Perroux (1955), Gunnar Myrdal (1968), Rossine Cruz (1999) e Noélio Spinola (2003). Didaticamente esta monografia se divide em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o marco teórico da localização industrial. No segundo capítulo, o foco é a contextualização do planejamento e da industrialização na Bahia. O último capítulo analisa como a política de localização industrial desenvolvida pelo Estado da Bahia contribuiu com a concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador (RMS), ampliando, dessa forma, as desigualdades intraregionais. Por conseguinte, esta monografia comprovou que a política de localização industrial adotada, na tentativa de promover o desenvolvimento industrial do estado, teve papel decisivo no processo de concentração econômica na RMS, à medida que direcionou grande volume de investimentos e empreendimentos para essa localidade. Vale ressaltar que alguns dos planos desenvolvidos apontavam para a necessidade de se promover um movimento de interiorização e desconcentração industrial, mas que não lograram obter êxito.

Palavras-chave: Política de localização industrial no estado da Bahia. Concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador.

ABSTRACT

This work was developed with the goal of showing that in the planning process for the industrialization of Bahia the State Government has, through the industrial location policy, based on the granting of financial and tax incentives, promoting an economic concentration in the metropolitan region of Salvador and expanding inequalities intraregionais. For both, trajectory methodological this research based on exploratory and descriptive Searches. The theoretical framework that has influenced the work in question supports mainly in studies of François Perroux (1955), Gunnar Myrdal (1968), Rossine Cruz (1999) and Noélio Spinola (2003). Didaticamente this monograph is divided into three chapters. The first chapter presents the marco theoretical industrial location. In the second chapter, the focus is the contextualization of planning and industrialization in Bahia. The last chapter looks at how industrial location policy developed by the State of Bahia contributed with economical concentration in the metropolitan region of Salvador (RMS), expanding thus inequalities intraregionais. Therefore, this monograph has shown that industrial location policy adopted in an attempt to promote industrial development of the State, had a decisive role in the process of economic concentration in RMS, as they drove a large volume of investment and joint ventures for this locale. Note that some of the plans developed pointed to the need to promote a movement of internalisation and devolution industrial, but that did not succeed.

Keywords: Industrial policy in the State of Bahia. Economic Concentration in the metropolitan region of Salvador.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxas de crescimento do PIB – Brasil – (1964-1981)	30
Gráfico 2	Participação relativa da RMS na economia baiana, (2000)	65
Gráfico 3	Renda média familiar – Bahia (1996)	67
Gráfico 4	Arrecadação municipal per capita – Bahia (1996)	67
Gráfico 5	Participação do município no PIB da Bahia – (1996)	68
Gráfico 6	Projetos industriais previstos na Bahia por eixo de desenvolvimento (%) – (2000)	72
Gráfico 7	Volume de investimentos (%) – (2000)	73
Gráfico 8	Projetos industriais previstos na Bahia por eixo de desenvolvimento (%) – (2005-2009)	74
Gráfico 9	Volume de Investimentos (%) – (2005-2009)	74
Gráfico 10	Estrutura setorial dos investimentos realizados – por região econômica, Bahia (2000-2006)	77
Gráfico 11	Participação no Valor Bruto da Produção(%) – (1980)	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Taxas de crescimento do PIB – Brasil – (1964-1981)	29
Tabela 2	Participação percentual de cada estado no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (1970-1990)	35
Tabela 3	Participação percentual de cada estado no produto interno bruto (PIB) brasileiro (1995-2007)	36
Tabela 4	Arrecadação dos cinco municípios mais ricos e dos 16 mais pobres – Bahia – dez/2001	69
Tabela 5	Arrecadação dos cinco municípios mais ricos e dos 16 mais pobres – Bahia – dez/2007	70
Tabela 6	Investimentos industriais previstos na Bahia por eixo de desenvolvimento – (2000)	72
Tabela 7	Investimentos industriais previstos para a Bahia por eixo de desenvolvimento – (2005-2009)	73
Tabela 8	Investimentos industriais previstos para a Bahia por eixo de desenvolvimento – (2006-2010)	75
Tabela 9	Concentração econômica do PIB estadual na RMS – Bahia – (2002-2005)	76
Tabela 10	Bahia – Participação espacial na formação do Valor Bruto da Produção (VBP) – (1980)	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Centro Industrial de Aratu
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDESE	Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra as Secas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento da Bahia
PROAUTO	Programa de Incentivo para a Indústria do Setor Automobilístico da Bahia
PROBAHIA	Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia
RLAM	Refinaria Landulpho Alves de Mataripe
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLANTEC	Secretária do Planejamento, Ciência e Tecnologia
SICM	Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCM	Tribunal de Contas do Município
VBP	Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MARCO TEÓRICO: A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	16
1.1 ABORDAGENS CLÁSSICAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	17
1.2 A TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO	20
1.3 TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS	23
1.4 PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA E TEORIA DOS EFEITOS REGRESSIVOS E PROPULSORES	25
2 A QUESTÃO REGIONAL: PLANEJAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA	28
2.1 PLANEJAMENTO NO BRASIL	28
2.2 O PLANEJAMENTO REGIONAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O PLANEJAMENTO NACIONAL	32
2.3 PLANEJAMENTO NA BAHIA	43
2.4 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA	49
3 POLÍTICA DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL E CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	54
3.1 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA	54
3.2 CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	63
CONSIDERAÇÕES	81

INTRODUÇÃO

Iniciado o processo de industrialização da Bahia, na década de 1950, o Estado passou a concentrar esforços na tentativa de promover a decolagem do seu processo de desenvolvimento industrial. Estes esforços consistiam basicamente na política de criação de centros e distritos industriais, com a expectativa de que os incentivos fiscais e financeiros e a oferta de terrenos infraestruturados, situados em áreas bem localizadas, criariam as condições necessárias ao desenvolvimento industrial.

Com efeito, essas ações deram origem aos distritos industriais da área metropolitana, a exemplo do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), e aos localizados em municípios do interior do estado, a exemplo do Centro Industrial do Subaé (CIS), localizado em Feira de Santana. Nesse contexto, esse processo deveria promover a criação de empresas industriais que induzissem efeitos multiplicadores de crescimento para as demais regiões do estado, funcionando como “pólos de crescimento” (PERROUX, 1955).

De acordo com Spinola (2003), embora essa estratégia tenha sido bem intencionada, a política industrial, desenvolvida a partir do movimento de industrialização na Bahia, não logrou promover o desenvolvimento econômico e social almejado pelos seus órgãos de planejamento e dessa forma não atendeu às expectativas governamentais. Dessa forma, a Bahia não atingiu o estágio de industrialização aspirado, com um parque de produção de bens finais amplo, moderno e diversificado, que interagisse com os setores primário e terciário da economia.

Dessa forma, esta monografia busca responder a seguinte pergunta: Como a política de localização industrial desenvolvida pelo Estado da Bahia, a partir da década de 1950, contribuiu com a concentração econômica do Produto Interno Bruto (PIB) na Região Metropolitana de Salvador (RMS¹)?

¹ A Região Metropolitana de Salvador é composta pelos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias d’Ávila, São Francisco do Conde, Madre de Deus, Itaparica e Vera Cruz (SEI, 2008).

Nessa perspectiva, a hipótese que guia essa investigação é de que a política de localização industrial desenvolvida pelo estado da Bahia contribuiu decisivamente para promover concentração econômica na RMS, à medida que centralizou empreendimentos e investimentos industriais nessa região através de isenção de impostos e incentivos financeiros, de modo que essa iniciativa gerou desigualdades intraregionais no estado.

Por esse motivo, o objetivo geral desta pesquisa tem por base mostrar que de fato existe uma concentração econômica extremamente elevada na Bahia, que se faz presente na RMS, e analisar qual foi o papel da política de localização industrial nesse processo.

Especificamente, procurei: Analisar o marco teórico da localização industrial; contextualizar o planejamento baiano, bem como o seu processo de industrialização, com a finalidade de fornecer os elementos necessários que possibilite uma melhor análise acerca do problema de concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador; demonstrar que no planejamento para a industrialização da Bahia o Estado acabou, através da política de localização industrial, promovendo centralização econômica na RMS, a partir do momento que fornece condições de infraestrutura diferenciada para essa região, estimulando, assim, a atração de empresas e consolidando-a como região mais rica do estado, além de apontar que as estratégias de desconcentração industrial e de atenuação dos desequilíbrios regionais, baseadas nos distritos industriais, não surtiram os efeitos desejados.

Com o intuito de atingir tais objetivos, a trajetória metodológica deste trabalho tem por base a Pesquisa exploratória e descritiva. Deste modo, pautou-se no levantamento bibliográfico, tendo como base a utilização de livros, periódicos, além de outras produções científicas relacionadas ao tema, entre elas, artigos, monografias, dissertações, teses e material disponibilizado na internet. Agrega-se ainda a pesquisa documental, a exemplo, dos dados econômicos sobre o PIB, os investimentos industriais, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), além da descrição das políticas governamentais adotadas pelo governo do Estado que contribuíram com a concentração econômica na RMS.

Diante do exposto, esta Pesquisa, tem como base o marco teórico da localização industrial e as contribuições de François Perroux (1955), Walter Christaller (1933) e Gunnar Myrdal (1968), além dos estudos de Rossine Cruz (1999) e Noélio Spinola (2003). Didaticamente, esta monografia estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo revisito alguns teóricos² da localização industrial, de forma sucinta, apresento as teorias do pólo de desenvolvimento (PERROUX), dos lugares centrais (CHRISTALLER) e o princípio da causação circular e acumulativa e a teoria dos efeitos regressivos e propulsores (MYRDAL).

No segundo capítulo, com o propósito de contextualizar a realidade baiana, discuto sobre o planejamento nacional, abordando a sua origem e fundamentação teórica, o planejamento regional, direcionando a discussão para a centralização econômica na região Sudeste e os desequilíbrios regionais, o planejamento na Bahia, versando sobre o “enigma baiano” e o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) e, por fim, teço algumas considerações acerca do processo de industrialização do estado da Bahia.

O último capítulo, o terceiro, falo sobre a política de localização industrial desenvolvida pelo Estado da Bahia ao longo do processo de industrialização, iniciado na década de 1950, e a consequente promoção de concentração econômica na RMS e ampliação dos desequilíbrios regionais no estado. Além, dos investimentos industriais previstos para a Bahia por eixo de desenvolvimento.

Na sequência, apresento a análise dos resultados obtidos com a pesquisa, que será exposta na conclusão, onde explicito a contribuição da política de localização industrial no processo de concentração econômica na Bahia. Todavia, este trabalho não tem a intenção de esgotar o debate acerca do tema, mas sim de suscitar novas reflexões sobre a presente abordagem.

Por fim, na última seção encontram-se as referências, permitindo ao leitor consultar as fontes utilizadas, proporcionando maiores esclarecimentos acerca do assunto.

² Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), August Lösch (1940) e Walter Isard (1956).

1 MARCO TEÓRICO: A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Este capítulo apresenta um apanhado sucinto das teorias de localização das atividades econômicas. Assim, buscou-se agregar os autores que oferecem o arcabouço teórico, para o desenvolvimento do presente trabalho, e mostrar suas contribuições mais significativas. Não se pretendeu realizar um levantamento exaustivo das obras de cada autor, mas antes ater-se aos aspectos mais conhecidos das suas contribuições, com uma abordagem simples e acessível.

A política de localização de atividades econômicas desenvolvida no Brasil concentrou recursos e investimentos na região Sudeste, que por sua vez produziu um fenômeno conhecido por disparidades regionais, tornando cada vez mais desigual a relação entre localidades ricas e pobres economicamente. Toda essa dinâmica se relaciona com a localização das atividades produtivas pelo poder que possuem para tornar mais ativos determinados espaços.

A atividade industrial, pelo seu caráter dinâmico, exerce papel relevante na condução dos processos rumo ao desenvolvimento. Destacam-se neste particular, as relações do setor industrial com o setor mineral, com o setor da agropecuária, com os setores de energia, transportes e comunicações, e com todos os demais serviços. Uma vez iniciado esse processo de crescimento setorialmente diferenciado, o país, o lugar ou a região onde isso ocorre passa a ter uma forte tendência para que continue a crescer cada vez mais de forma concentrada, particularmente em torno da atividade industrial (SILVA 2003 *apud* SPINOLA, 2003).

Sendo assim, com o intuito de abordar a questão da concentração econômica na RMS e os desníveis regionais na Bahia faz-se necessário destacar algumas das teorias referentes ao fenômeno da concentração e à localização industrial.

É nesse contexto que Harry Richardson (1981) revela que o crescimento do interesse pela Economia da Localização e das regiões é relativamente recente. Isso se deve basicamente ao fato de a teoria econômica tradicional desprezar os

aspectos espaciais e de parecer insignificante o problema da localização ótima das atividades econômicas e da população, quando comparadas a questões referentes ao equilíbrio e crescimento da economia.

A partir das questões levantadas acima e com o reconhecimento de que as forças de mercado promoveriam drenagem de recursos e da população das regiões mais pobres, gerando concentração econômica espacial e acentuando desigualdades regionais, o problema da localização ganhou mais relevância e passou a se pensar no planejamento eficiente da distribuição espacial da atividade econômica.

Dessa forma, na primeira seção, são apresentadas algumas das abordagens clássicas da localização industrial mais relevantes. Na segunda seção discute-se a teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux. Na terceira seção é abordada a teoria dos lugares centrais de Christaller e por fim, na quarta seção aborda-se o princípio da causação circular e acumulativa e a teoria dos efeitos regressivos e propulsores de Myrdal.

1.1 ABORDAGENS CLÁSSICAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Dentre os teóricos clássicos da localização industrial destaca-se neste trabalho o cerne das ideias de Von Thünen (1826), Alfred Weber (1909), Augusto Lösch (1940) e Walter Isard (1956). Esses autores buscaram enfatizar as decisões da firma que, a partir dos custos de transporte procuram determinar a sua “localização ótima”.

Von Thünen vai trabalhar com a ideia do “Estado isolado”, que é um modelo que tenta determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações levando em consideração os custos de transporte. A hipótese do modelo, *coeteris paribus*, é a de que ao redor de uma localidade na qual se concentra o mercado, a terra seria utilizada para cultivar o produto que apresentasse os maiores custos de transporte.

Como explica Azzoni (1982), o cenário básico da análise de Von Thünen é uma área agrícola plana, cujo solo é igualmente fértil em todos os pontos. Como parte do cenário, supõe custos de transportes uniformes como função da distância, preços na cidade uniformes para todos os produtos e, como princípio orientador da atividade do agente econômico, a maximização da renda, definida esta como a receita residual após a remuneração de todos os fatores de produção e do pagamento dos fretes.

Esse modelo clássico se refere à localização agrícola e tentou explicar o padrão de distribuição dessas atividades no espaço. O modelo mostrou que a produção agrícola não se distribui de forma homogênea devido aos diferentes custos de transporte.

Apesar de ter sido um dos primeiros teóricos a trabalhar com os aspectos locacionais muito pouco do que foi desenvolvido por Thünen se aplica em circunstâncias reais, uma vez que suas hipóteses estão submetidas a fortes limitações. Mendez (1997 *apud* Spinola, 2003) contesta o caráter irreal das suposições deste modelo, quais sejam, a hipótese de concorrência perfeita, de território com características uniformes e iguais em todos os locais, de racionalização econômica nas decisões dos agricultores, entre outras.

Weber, por sua vez, busca explicar a escolha locacional da indústria a partir de um modelo de localização que possui três fatores indispensáveis para a decisão locacional, quais sejam os custos de transporte, de mão-de-obra e um fator local decorrente de forças de aglomeração e desaglomeração.

Cavalcante (2002) mostra que para Weber as empresas se deslocam em direção a locais onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos finais sejam os menores possíveis. Dessa forma, a localização se daria em função dos custos de transporte, de modo que se o custo de transporte da matéria-prima superasse o custo de transporte do produto final, a atividade se localizaria o mais próximo possível da fonte de matéria-prima.

Percebe-se, assim, que a teoria de Weber destaca o papel que os custos de transporte e de mão-de-obra possuem na decisão quanto à localização de atividades industriais e aponta a minimização de custos como principal determinante da decisão locacional de atividades industriais.

Segundo Clemente (2000), o custo de transporte está diretamente relacionado ao custo de distribuição do produto e de reunião dos insumos. As matérias-primas disponíveis em qualquer local foram denominadas por Weber de ubíquas, enquanto que as encontradas somente em determinados lugares foram chamadas de matérias-primas localizadas.

O fator locacional de Weber representa redução de custos associada à localização. Dessa forma o fator de aglomeração implica em redução de custo que determinada firma auferir ao se instalar próximo a outras firmas do mesmo segmento, enquanto que, o fator de desaglomeração funciona na lógica inversa, ou seja, é o ganho obtido pelo afastamento das empresas já estabelecidas.

A teoria da localização de Weber também implica em uma série de limitações, dentre elas as hipóteses de custo nulo de informação, de perfeito conhecimento do mercado e de ausência de riscos e incertezas.

A contribuição de Lösch perpassa por um prisma distinto das demais teorias clássicas, haja vista que considera impossível e sem relevância explicar a localização industrial. A sua preocupação está na localização ótima e não na sua determinação. Lösch também contraria a ideia de minimização de custos defendida por alguns teóricos clássicos e defende a escolha locacional baseada na maximização do lucro.

Dentro dessa perspectiva, Clemente (2000) destaca a preocupação de Lösch em desenvolver um modelo de equilíbrio geral do espaço que pudesse ser usado para o planejamento eficiente.

A respeito do fenômeno da concentração, Lösch explica que a produção se concentra espacialmente porque as economias de escala proporcionam maiores ganhos para a produção concentrada.

Seguindo as ideias de Weber, Isard apresenta o custo de transporte com papel de destaque para a decisão locacional e para a distribuição espacial das atividades econômicas. Na sua análise incorpora uma variável denominada de insumo de transporte, isto é, o gasto para transportar as mercadorias. O modelo de Isard pressupõe que a localização ótima está diretamente relacionada à minimização dos custos de transporte.

Por conta disso, Isard propôs uma síntese das teorias da localização incorporando novas análises, propondo novos fatores de localização com o intuito de elevar o seu grau de adequação à realidade, uma vez que a aplicabilidade desses modelos em circunstâncias reais é bastante reduzida.

Em suma, as abordagens clássicas buscaram explicar o que determinava a escolha locacional das empresas individuais e das atividades econômicas destacando sobretudo, os custos de transporte.

1.2 A TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

François Perroux (1955), considerado o formulador da noção de pólo, parte da constatação de que o crescimento econômico não se manifesta de forma homogênea, ou seja, se inicia e se difunde a partir de determinados pontos induzindo e irradiando o desenvolvimento para as demais regiões. Estes pontos iniciais que induziriam o desenvolvimento para as demais localidades foram denominados por Perroux de pólos de crescimento.

Assim, o crescimento se processa de forma essencialmente polarizada, de modo que enquanto a região central cresce com altas taxas, as demais permanecem

estagnadas e perdem participação no produto nacional. De acordo com Souza (1993), o livre jogo das forças de mercado leva à concentração do crescimento na região central, de modo que os fatores de produção, como capital e mão-de-obra, tendem a emigrar das regiões periféricas em direção a região “pólo”.

É necessário observar que a ideia de um pólo central, motor do crescimento, e de uma periferia agrícola e subdesenvolvida é uma simplificação errônea da teoria do crescimento polarizado de Perroux. A teoria supõe a existência de alguns pólos principais e de vários pólos secundários hierarquizados. Essa noção de hierarquia entre os pólos tem por objetivo evitar a dicotomia entre o pólo central industrializado e urbano e a periferia rural e subdesenvolvida (SOUZA, 1993, p. 32).

Nesse sentido, a hierarquia dos pólos é semelhante à ideia da hierarquia urbana dos lugares centrais de Christaller. A diferença básica entre essas teorias se materializa pelo fato de a Teoria dos Lugares Centrais apresentar ênfase na prestação de serviços e não na função indutora da indústria motriz.

O pólo de crescimento é, assim, fruto das economias de aglomeração que são geradas a partir de indústrias motrizes. A indústria motriz é aquela que surge primeiro, separando fatores de produção, concentrando capital, inovando e gerando complexos industriais. Nesse contexto, a indústria motriz transmitiria às regiões dependentes dos pólos geograficamente aglomerados os fenômenos de crescimento.

Rosseti (1987), afirma que a teoria da polarização de Perroux surgiu como uma tentativa de resposta aos problemas criados pelos desequilíbrios setoriais-regionais e que a concentração de recursos em determinados pontos do espaço como estratégia para eliminar as disparidades econômicas (centro-periferia) é intuitiva e de fácil compreensão, já que o pólo indica uma concentração de geradores de crescimento que, em tese, gerariam benefícios coletivos eliminando paulatinamente as desigualdades intra e inter-regionais.

O conceito de pólo de crescimento está diretamente relacionado ao surgimento de uma unidade motriz que atua de forma a exercer efeitos de atração e dominação

sobre as demais unidades. As forças de atração agem sobre o mercado de trabalho e empresas que fornecem insumos, enquanto que as de repulsão atuam sobre outras atividades e concorrentes potenciais.

Ferreira e Lemos (2000) ressaltam que:

Um pólo de crescimento corresponde a um complexo de atividades industriais localizado, com elevada concentração geográfica, constituído de atividades interdependentes e apresentando pelo menos uma indústria motora, com atividades satélites ou polarizadas situando-se em torno da área principal. Desse modo, é fundamental o papel das economias de aglomeração, pois elas contribuem para a expansão do lucro e o aumento dos investimentos em pesquisa, que criam novos produtos e processos a serem incorporados pela indústria motora. Esses pólos podem ser locais, regionais, nacionais ou internacionais, a depender do seu grau de irradiação e de encadeamento. Quando existe uma concentração dos efeitos dinâmicos do pólo de crescimento sobre a estrutura produtiva local, aumentando o poder de dominação de uma localidade sobre o seu entorno e a integração intersetorial no espaço polarizado, sem que ocorram vazamentos significativos de seus efeitos para outras áreas, diz-se que se trata de um pólo de desenvolvimento (FERREIRA; LEMOS, 2000, p. 488).

As áreas metropolitanas são exemplos clássicos de regiões polarizadas, haja vista que concentram atividades industriais, comerciais e de serviços e atraem a população das demais regiões.

A relação entre a teoria dos pólos de crescimento e a teoria da localização se concentra nas economias de aglomeração que são geradas com os movimentos de urbanização e de industrialização. Estabelece-se, também, a partir das economias externas produzidas pela concentração dos consumidores e de mão-de-obra, pela infraestrutura disponível nos centros urbanos e pela disponibilidade de serviços. Essas variáveis, por conseguinte, explicam, em parte, a concentração espacial das empresas em determinadas localidades.

A noção de Perroux ao desenvolver esse princípio teórico se consubstanciou na ideia de que a dinâmica de crescimento econômico das economias capitalistas modernas se processa de forma necessariamente desequilibrada e é justamente nesta perspectiva que o conceito de pólo de crescimento se desenvolve. Deste modo, o crescimento econômico surgiria a partir de determinados pontos e estimularia as demais regiões com os seus efeitos multiplicadores, gerando

economias de escala e de aglomeração, bem como difundindo efeitos positivos e variáveis sobre toda a economia.

Por conta disso, diversos países implementaram estratégia de desenvolvimento regional tendo por base os pólos de crescimento de Perroux, contudo, passaram a ser fortemente criticados. As críticas se fundamentavam no fato de que as experiências baseadas nesse arcabouço teórico não obtiveram êxito, uma vez que os pólos não foram capazes de difundir inovações e irradiar desenvolvimento, promovendo concentração regional das atividades econômicas.

1.3 TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

A teoria do lugar central, tal como foi desenvolvida por Christaller em 1933, tem como cerne a ideia de que existe uma hierarquia dos lugares de acordo a uma rede de interdependência, de modo que a centralização é uma tendência natural.

Os núcleos urbanos são tidos como fornecedores de bens e serviços que não estão disponíveis em qualquer lugar e, sendo assim, funcionam como fator de centralização. É evidente que determinados bens são encontrados em qualquer lugar no espaço, no entanto, alguns se localizam apenas nos grandes centros. A função dos lugares centrais é a de fornecer bens e serviços para as localidades vizinhas, que foram denominadas de região complementar.

Segundo a teoria do lugar central, os centros urbanos prestam serviços aos centros menores e, estes, ao espaço rural, no interior, seguindo uma hierarquia de funções: os centros maiores fornecem os serviços mais sofisticados, de tecnologia superior; os centros menores, localizados junto às áreas rurais, dispõem os serviços mais simples, de uso geral (SOUZA, 1993, p. 32).

Para Christaller os fatores que determinam a centralidade de determinado bem são o custo de transporte e as economias de escala.

Hermansen (1969 *apud* Spinola, 2003) ressalta a relação existente entre a teoria do lugar central e a teoria dos pólos de desenvolvimento, pelo fato de terem sido as teorias pioneiras a buscar um esclarecimento acerca do padrão espacial da localização da produção e do consumo em aglomerações espaciais com diferentes tamanhos, estrutura funcional e localização.

Christaller aponta que existem “leis” que determinam o tamanho, número e distribuição das cidades compreendidas com “lugares centrais” que forneceriam bens e serviços para a região no seu entorno. Essas leis determinariam a localização de acordo com a hierarquia das cidades.

Christaller estabeleceu hierarquias entre cidades, de modo que quanto maior fosse o nível mínimo de demanda que garantiria a produção de determinado bem ou serviço e quanto maior fosse a distância que a população dispersa estaria disposta a percorrer para adquiri-lo menor seria o número de cidades aptas a oferecê-lo.

É importante frisar que a hierarquia dos lugares centrais não é definida aleatoriamente, é baseada no tamanho, nas funções dos centros e nas distâncias entre as cidades.

Silva (1976 *apud* Spinola, 2003) destaca que Christaller buscou uma teoria da localização para os serviços e instituições urbanas que pudesse corresponder à teoria da localização agrícola de Thünen e à teoria da localização industrial de Weber.

A aplicação teórica dos lugares centrais no Brasil foi muito utilizada em projetos regionais e na Bahia vários trabalhos foram realizados com base neste modelo a municípios como o de Santa Maria da Vitória, Ilhéus, Itabuna e no Oeste do Estado.

1.4 PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA E TEORIA DOS EFEITOS REGRESSIVOS E PROPULSORES

Como foi exposta anteriormente, a função de um pólo de desenvolvimento seria a de promover efeitos dinâmicos com mudanças estruturais no local onde estivesse implantado, estimulando, dessa forma, o desenvolvimento das demais regiões. Não obstante, a possibilidade do pólo desempenhar efeitos negativos nas regiões periféricas foi discutida por diversos autores. Myrdal (1968 *apud* Souza, 1993) investigou as causas das desigualdades entre países e regiões e a razão pela qual tais desigualdades apresentam tendência crescente. Inferiu que a causa fundamental desse fenômeno explica-se pelo princípio da causação circular e acumulativa.

Este princípio de Myrdal é apresentado como fator explicativo da heterogeneidade do desenvolvimento e das desigualdades regionais. Segundo essa teoria, a lógica das forças de mercado atua no sentido de promover desigualdade e, nessa perspectiva, defende que deve existir intervenção estatal para que os níveis de disparidade regional não se acentuem.

Nessa acepção, a causação circular e acumulativa pressupõe a criação de um círculo vicioso, de modo que à medida que o processo de acumulação de recursos em determinada localidade passa a estimular o seu desenvolvimento, as desigualdades econômicas regionais se ampliam.

Silva (2003 *apud* Spinola, 2003) afirma que:

O princípio da causação circular e acumulativa é o princípio através do qual o desenvolvimento aparece como um círculo vicioso, a partir da implantação ou ampliação de uma indústria, gerando, de um lado, crescimento concentrado e, por outro lado, a falta de dinamismo em outras áreas. Historicamente, isto contribuiu para compreender as razões pelas quais os países, regiões ou lugares ricos tendem a se tornar cada vez mais ricos, e os países, regiões e lugares pobres, cada vez mais pobres. O desenvolvimento, assim, tende a seguir, em geral, o conjunto das chamadas economias externas de aglomeração (redução dos custos gerais de produção decorrentes da maior proximidade entre as firmas, sobretudo os custos de transporte), ou seja, ele passa a ser um dinâmico processo relacionado com os setores e espaços de origem, reforçando o papel da concentração. Em outras palavras, as desigualdades regionais tendem a crescer (SPINOLA, 2003, p. 5).

Ao se analisar a distribuição espacial das atividades econômicas no Brasil, percebe-se que existe uma forte concentração em determinadas regiões. Para evidenciar esta questão basta notar o quanto é elevada a disparidade regional no país, de modo que o Centro/Sul centraliza parte expressiva da produção e conseqüentemente do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Com a consolidação e tendência a manutenção dos desníveis regionais o fenômeno da concentração passou a ser objeto de preocupação dos políticos e planejadores, haja vista que essa questão caracteriza um entrave ao processo de desenvolvimento, embora, nota-se que, em geral, países em desenvolvimento e com ampla extensão territorial sofrem com este problema.

Rosseti (1987) revela que os processos de urbanização que acompanham os de crescimento e desenvolvimento contribuem para ampliar as disparidades internas obstaculizando políticas de homogeneização econômica.

O problema das disparidades regionais no Brasil é tão acentuado que ganha destaque na literatura especializada como um dos mais graves do mundo, e é constantemente mencionado nos estudos referentes a esta temática.

Esta forte tendência à aglomeração que os autores trabalhados anteriormente perceberam se deve a questões relativas à eficiência produtiva, a economias de escala e de aglomeração, aos custos de transporte e as externalidades, e é nesse contexto que as atividades econômicas convergem para determinados pontos no espaço.

Esse fenômeno da concentração se faz presente na economia baiana, uma vez que ao longo do seu processo de industrialização houve paulatina concentração espacial das atividades econômicas de maior dinamismo na RMS.

Myrdal (1968 *apud* Rosseti, 1987), mostra que as disparidades regionais, embora se associem a um conjunto de fatores políticos, históricos, econômicos e sociais, apresentam como causa primordial as diferentes dotações de recursos naturais.

Dessa forma, o processo inicial de crescimento econômico tende a se dar, primordialmente, nos locais mais ricos em recursos naturais.

Essa região com recursos naturais mais abundantes vai se transformar em um pólo dinâmico passando a atrair empresas correlatas e complementares de modo a promover efeitos propulsores na região mais dinâmica e, em contrapartida, as demais regiões vão ficando atrasadas, estagnadas e vão sofrendo os chamados efeitos regressivos.

Os efeitos regressivos se caracterizam pela migração de pessoas na faixa etária mais produtiva para as regiões dinâmicas e pelo sistema bancário que drena a poupança das regiões estagnadas para o pólo dinâmico.

Essas questões relativas aos desequilíbrios regionais gerados e acentuados em grande parte pela decisão de escolha locacional através das políticas de localização industrial desenvolvidas serão mais abordadas no capítulo seguinte.

2 A QUESTÃO REGIONAL: PLANEJAMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAHIA

Este segundo capítulo tem por objetivo contextualizar o planejamento baiano, bem como o seu processo de industrialização, com o intuito de fornecer os elementos necessários que possibilitem uma melhor análise acerca do problema de concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador. Para tal fim, faz-se mister abordar alguns aspectos relacionados ao planejamento nas esferas nacional e regional, visto que a compreensão da política de localização industrial desenvolvida pelo estado da Bahia decorre do entendimento do processo de planejamento neste âmbito.

Dessa forma, o capítulo se divide em quatro seções. Na primeira apresento o planejamento no Brasil retratando sua origem, fundamentação teórica e a centralização econômica gerada na região Sudeste. Na segunda versarei sobre o planejamento regional direcionando a discussão para o problema de desníveis regionais. Na terceira examinarei o planejamento estadual abordando o “enigma baiano” e o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB). Por fim, na quarta seção, discutirei acerca do processo de industrialização do estado da Bahia.

A necessidade de explicitar o processo de industrialização baiano se consubstancia no fato de que o planejamento estadual e a política de industrialização desenvolvida tiveram influência decisiva no movimento de concentração econômica que se formou na Bahia.

2.1 PLANEJAMENTO NO BRASIL

Para que se possa compreender melhor a contribuição da política de localização industrial para o processo de concentração econômica no Estado da Bahia é necessário contextualizar a problemática retratando brevemente o planejamento

nacional e regional, uma vez que essa dinâmica apresenta estreita relação com a realidade baiana.

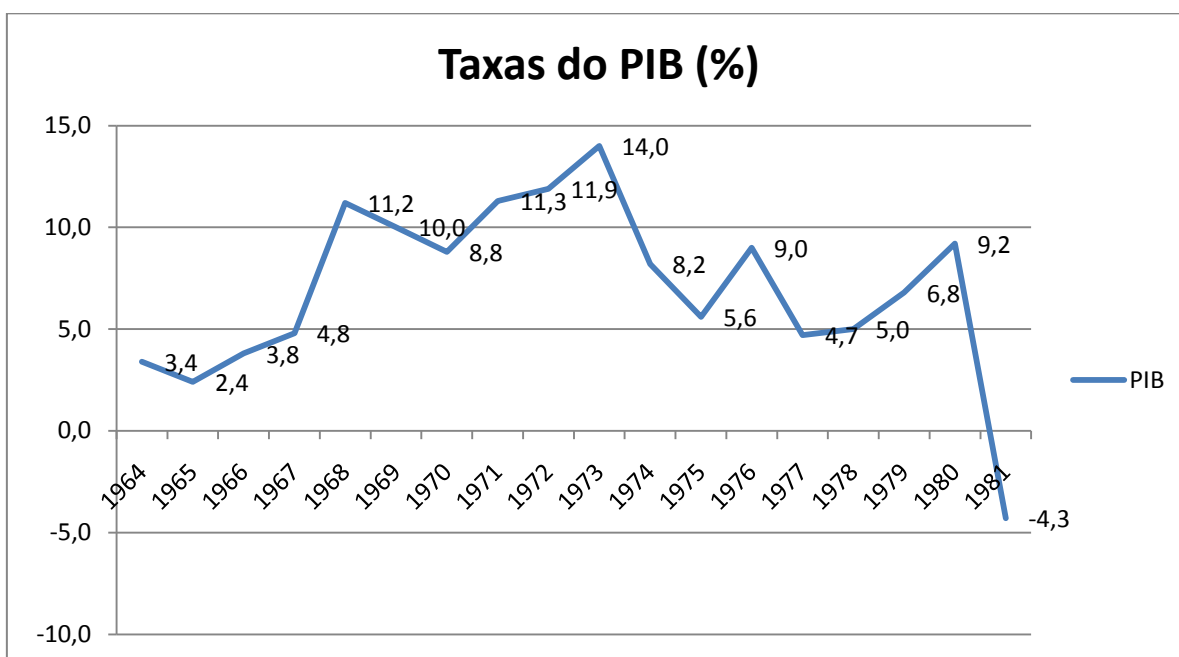
A experiência de planejamento no Brasil obteve resultados relevantes em se tratando de crescimento econômico, sobretudo, no período do milagre econômico (1968-1980). Nesse período, o Brasil chegou a apresentar taxas de crescimento econômico superiores a 10%, no entanto, alguns resultados não foram satisfatórios, especialmente no que diz respeito à geração e consequente manutenção dos desequilíbrios regionais e dos crônicos problemas sociais.

A tabela 1, apresentada a seguir, evidencia esse fato, ao revelar que entre 1968 e 1973 as taxas de crescimento do PIB nacional ultrapassaram 10%, com exceção do ano de 1970, quando a taxa de crescimento foi de 8,8%. Com o intuito de tornar mais ilustrativos esses dados, o gráfico 1 apresenta a variação percentual do PIB nesse período, mostrando desde o seu desempenho descendente (1964-1965), alcançando seu ápice em 1973.

Tabela 1 - Taxas de crescimento PIB do Brasil (1964-1981)			
ANO	PIB	ANO	PIB
1964	3,4	1973	14,0
1965	2,4	1974	8,2
1966	3,8	1975	5,6
1967	4,8	1976	9,0
1968	11,2	1977	4,7
1969	10,0	1978	5,0
1970	8,8	1979	6,8
1971	11,3	1980	9,2
1972	11,9	1981	-4,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1981.

Gráfico 1
Taxas de crescimento do PIB – Brasil (1964-1981)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1981.

É importante frisar que o foco deste trabalho não é analisar o crescimento econômico, nem tampouco os problemas sociais. O que se pretende é mostrar que o planejamento nacional gerou concentração econômica na região Sudeste e o planejamento estadual promoveu centralização econômica na Região Metropolitana de Salvador, acentuando os desequilíbrios econômicos regionais.

A origem e a fundamentação teórica do planejamento no Brasil se apóiam na constituição da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948, e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) inclusive com o desenvolvimento do modelo de substituição de importações e o paradigma nacional-desenvolvimentista.

O pensamento da CEPAL e do ISEB tinha como objetivo solucionar os problemas de atraso econômico via industrialização, desenvolvimento do mercado interno e a reforma agrária. Nesse contexto o Estado participaria através do planejamento para fortalecer a economia. Na visão cepalina a industrialização reverteria o panorama de

subdesenvolvimento possibilitando aos países latino-americanos a internalização do progresso técnico e o desenvolvimento local, reduzindo as desigualdades internas.

Almeida (2004) aponta que na prática as experiências com o planejamento no Brasil se relacionam com o esforço do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que foi responsável pelos primeiros planos de investimento preparados para o Brasil.

A experiência brasileira em planejamento econômico perpassa pelo desenvolvimento de diversos planos de estabilização e de desenvolvimento, no entanto, para o desenvolvimento do presente trabalho não é necessário destacá-los, uma vez que a intenção de falar sobre o planejamento nacional é a de situar o contexto regional com o problema das desigualdades regionais.

Quanto ao planejamento territorial para a distribuição espacial das atividades percebe-se que ao longo do processo de industrialização do Brasil foram criadas as condições que promoveram centralização econômica na região Sudeste tornando-a a mais dinâmica do país e acentuando as disparidades regionais. Os investimentos do Plano de Metas (1956-1961), por exemplo, foram concentrados em torno da região Sudeste (principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro).

Em relação ao Plano de Metas, Mehl (2002) mostra que o princípio básico era expandir a indústria de base³, estimulando os investimentos e superando os pontos de estrangulamento através de aplicação de recursos em infraestrutura. O fato de a região Sudeste possuir um amplo mercado e economias de escala reforçou a tendência de concentração espacial do desenvolvimento da indústria.

É necessário destacar que, após o processo de concentração econômica na região Sudeste, houve uma política de pulverização dos investimentos com base no programa nacional de desconcentração da indústria no Brasil. É nessa conjuntura que são criadas instituições designadas para encarar a problemática regional, na

³ Setor industrial que alimenta os demais: siderurgia, indústria automobilística, indústrias que operam com extração de minérios, indústrias de produção de energia elétrica, construção naval, entre outros (SANDRONI, 1999).

tentativa de dinamizar e integrar a economia nordestina. O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) são exemplos dessa iniciativa política.

2.2 O PLANEJAMENTO REGIONAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O PLANEJAMENTO NACIONAL

A política do desenvolvimento regional no Brasil sempre esteve condicionada pela estrutura dominante no país e atrelada ao forte caráter autoritário, centralizador e federalista do planejamento nacional.

Nesse contexto é perceptível a falta de autonomia dos estados com a tomada de decisões centralizadas no poder da União, fazendo com que o Brasil operasse como um Estado unitário.

No período entre a Proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930, nota-se um processo de descentralização do poder que ganha corpo quando se inaugura o regime de repartição de competências entre a União e os Estados. Contudo, esse processo se deu de forma desigual, uma vez que o eixo Sul-Sudeste concentrou grande parte dos recursos nacionais, ficando as demais regiões com dificuldades financeiras e altamente dependentes do governo federal.

Cruz (1999) esclarece que São Paulo possuía uma estrutura fundiária com grandes, médias e pequenas propriedades permitindo a implantação de uma estrutura industrial mais eficiente e diversificada, o que contribuiu para o maior dinamismo e concentração de sua atividade industrial. A questão energética também favoreceu a concentração industrial em São Paulo, pois:

A indústria têxtil nordestina utilizava tecnologia atualizada e, para atender as escalas do mercado, precisava ter fábricas integradas com usinas de energia, já que inexistiam redes de energia elétrica. A necessidade de investir em infra-estrutura energética, para além da unidade fabril, exigia concentração de capital em grandes projetos, aumentando custos unitários e diminuindo a rentabilidade, dificultando a possibilidade de diversificação.

Em São Paulo, a indústria instalada era baseada em unidades de menor porte, com escalas menores e dispersa na produção de outros bens de consumo, como calçados, roupas e alimentos. Nestes setores, a tecnologia era relativamente simples, de fácil manejo e disponível no mercado internacional, com requisitos de energia bem menores. [...] mais tarde, com a expansão da oferta de energia nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, seria possível implantar maiores plantas industriais (CRUZ, 1999, p. 48).

Além destes condicionantes, o Estado Nacional teve papel decisivo na consolidação da hegemonia industrial paulista, ao passo que assumiu, desde a década de 1930, os investimentos básicos para o estabelecimento do parque industrial do país, fornecendo infraestrutura, recursos minerais e energéticos.

Diniz e Martine (1991) informam que o movimento de concentração econômica, no estado e na cidade de São Paulo tem início no século XIX, a partir da produção de café, prosseguindo no século XX com o desenvolvimento de novas atividades econômicas. A acumulação de capital gerada nesse período foi imprescindível para financiar a implantação e diversificação industrial. Afirmam, ainda, que o processo de concentração industrial em São Paulo se consolidou em função das vantagens relativas da região e de sua capacidade de responder ao rápido crescimento de demanda.

[...] o dinamismo do mercado regional do estado e da cidade de São Paulo, a modernização das suas relações de produção, a integração inter-setorial, a produção de excedentes e a economia de aglomeração que serviram para sustentar a sua produção agrícola, levaram sua produção industrial a uma posição dominante (DINIZ; MARTINE, 1991, p. 123).

Embora a crise de 1929 tenha apresentado fortes impactos na economia brasileira, baseada a época na cafeicultura, o eixo Rio-São Paulo se beneficiou do acúmulo de capital (humano e físico) e consolidou sua posição hegemônica na economia nacional. O ímpeto da crise ainda foi minimizado em São Paulo devido à decisão do governo de comprar os excedentes de café, sustentando, dessa forma, o nível de atividade econômica de seus produtos.

Com isto, houve um reforço da concentração industrial no estado de São Paulo e as regiões periféricas do país tiveram que ajustar sua estrutura produtiva de forma complementar ao eixo dominante, intensificando a importância de São Paulo até 1970. A partir de 1970, nota-se uma mudança na participação percentual das

regiões no produto interno bruto brasileiro, confirmando o processo de desconcentração industrial, atrelado aos movimentos de articulação comercial e integração produtiva da economia brasileira, que estava em andamento. Sendo assim, as regiões Sul e Sudeste perderam participação, enquanto que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste aumentaram a sua participação relativa.

Os dados, apresentados por Lasmar (1996), na tabela 2, demonstram que a participação relativa da região Sudeste no PIB nacional sofreu uma queda de 65% para 56,2% de 1970 a 1990. A participação do estado de São Paulo apresentou a mesma tendência e declinou de 39,36% para 32,8% no mesmo período. Em contrapartida, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste elevaram suas participações, para respectivamente, 15,86%; 5,53% e 5,69%. Todavia, a partir da década de 1990 a participação da região Sudeste no PIB do Brasil se estabiliza num patamar superior a 55%, resultado da perda de fôlego do movimento de desconcentração com a crise dos anos 1980. A tabela 3 revela esse fato.

Nota-se dessa forma que diversos fatores contribuíram para a redução do ritmo de crescimento das regiões periféricas do país, que vinham apresentando uma maior participação percentual no PIB brasileiro a partir da década de 1970, apontando para um movimento de inflexão do processo de desconcentração produtiva. Dentre eles Cano (1997 *apud* Cruz, 1999) destaca o desmantelamento do Estado Nacional e com ele o de vários órgãos regionais (SUDENE, por exemplo) implicando na decadência das políticas de desenvolvimento regional.

Tendo por base os dados constantes na tabela 3, é possível inferir que a partir da década de 1990 observa-se uma tendência à reconcentração na área mais desenvolvida do país, num processo que Diniz (1993 *apud* Lasmar, 1996) denominou de desenvolvimento poligonal, que compreende o Sul de Minas Gerais, São Paulo e os estados do Sul.

Tabela 2 – Participação percentual de cada estado no Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro - 1970 - 1990

REGIÕES/ESTADOS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL				
	1970	1975	1980	1985	1990
NORTE	2,24	2,22	3,48	4,35	5,53
RONDÔNIA	0,10	0,13	0,29	0,53	0,97
ACRE	0,13	0,08	0,12	0,15	0,18
AMAZONAS	0,71	0,80	1,15	1,42	1,72
RORAIMA	0,03	0,04	0,04	0,07	0,10
PARÁ	1,14	1,10	1,62	1,94	2,29
AMAPÁ	0,12	0,06	0,09	0,12	0,16
TOCANTINS	0,17	0,13	0,10	-	-
NORDESTE	12,01	11,54	12,12	13,83	15,86
MARANHÃO	0,86	0,80	0,87	1,05	1,24
PIAUÍ	0,38	0,39	0,38	0,43	0,49
CEARÁ	1,50	1,36	1,52	1,67	1,82
RIO GRANDE DO NORTE	0,56	0,62	0,64	0,89	1,22
PARAÍBA	0,74	0,74	0,67	0,71	0,74
PERNAMBUCO	2,97	2,73	2,55	2,42	2,28
ALAGOAS	0,71	0,65	0,67	0,72	0,77
SERGIPE	0,45	0,42	0,39	0,68	1,17
BAHIA	3,84	3,83	4,42	5,24	6,14
SUDESTE	65,00	63,68	62,16	59,40	56,18
MINAS GERAIS	8,34	8,85	9,56	9,88	10,08
ESPÍRITO SANTO	1,22	1,11	1,50	1,68	1,87
RIO DE JANEIRO	16,07	14,66	13,31	12,41	11,43
SÃO PAULO	39,36	39,05	37,79	35,43	32,80
SUL	17,04	18,27	17,25	17,09	16,74
PARANÁ	5,53	6,56	5,85	6,09	6,26
SANTA CATARINA	2,77	2,92	3,42	3,29	3,14
RIO GRANDE DO SUL	8,73	8,79	7,99	7,71	7,34
CENTRO-OESTE	3,72	4,29	4,99	5,33	5,69
MATO GROSSO DO SUL	-	0,82	1,12	1,00	0,88
MATO GROSSO DO SUL	-	0,40	0,61	0,78	0,99
GOIÁS	-	-	1,73	1,94	2,15
DISTRITO FEDERAL	-	1,29	1,53	1,61	1,68
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: LASMAR, 1996.

Cabe ressaltar que o processo de desconcentração não se deu em detrimento da classe empresarial paulista, pelo contrário, refletiu a lógica e o interesse das empresas do estado decorrente da necessidade de expansão das empresas paulistas sobre uma parcela crescente do espaço nacional. Dessa forma, o impacto das políticas de desconcentração e descentralização, ou das políticas de desenvolvimento regional, não deve ser extrapolado, uma vez que a grande maioria das mudanças que possibilitaram a desconcentração ocorreu especialmente em resposta às demandas específicas do processo de acumulação (DINIZ; MARTINE, 1991, p. 127).

Lasmar (1996) indica outros fatores que contribuíram para que o movimento de desconcentração fosse realizado. Entre eles se destacam a busca por novos mercados, deseconomias de aglomeração na região metropolitana de São Paulo e formação de economias de aglomeração em outras regiões e ação do Estado na concessão de incentivos fiscais e infraestrutura, orientada para o desenvolvimento de regiões mais pobres.

Essa fase de desconcentração industrial se efetiva a partir da desaceleração da economia que sucedeu a época de expansão do “milagre econômico” e se materializou com as políticas de desenvolvimento regional que promoveram a localização de atividades econômicas nas regiões periféricas. Com a instabilidade e a crise econômica dos anos 1980 o processo de desconcentração se esgotou.

Cruz (1999) explica como a crise gerou um entrave ao processo de desconcentração apontando que:

Os anos 80 inauguraram a etapa recente de aceleração inflacionária e recessão, com prejuízo claro para a adoção de políticas estruturantes, de longo prazo (de desenvolvimento industrial, agrícola ou regional). A ausência de investimentos, o “engavetamento” de projetos públicos e privados e a paralisia do Estado brasileiro interromperam as transformações que se faziam presentes e que começavam a mudar a geografia econômica do País (FURTADO, 1992). No cenário internacional, o segundo choque do petróleo, a alta dos juros, a valorização do dólar e, mais tarde a moratória do México, agravariam a situação recessiva brasileira, que se estenderia ao longo dos anos 80, salvo um rápido período de recuperação, entre 1984-86. As constantes reviravoltas nas políticas macroeconômicas de controle de preços, atualização de tarifas públicas, desvalorização cambial, subsídios, correção monetária, etc., tornavam qualquer política de longo prazo impraticável (CRUZ, 1999, p. 59).

A persistência da crise ao longo do período 1980-1994 gerou acúmulo de problemas estruturais, agravados pela adoção de políticas de caráter neoliberal que, apesar de manter o movimento desconcentrador estaria sinalizado para uma inflexão do processo. (CRUZ, 1999, p. 60). Além da crise econômica dos anos 1980 e 1990, a política do “estado mínimo” foi responsável pela desativação dos planos de longo prazo (vide Tabela 3).

É notório que no Brasil existe uma forte concentração espacial de dinamismo e crescimento econômico, que por sua vez veio a se configurar em disparidades regionais. É possível perceber que essa dinâmica se consolidou a partir do movimento de industrialização, iniciado no ano de 1930, com o processo de substituição de importações, que direcionou investimentos públicos e privados para o Sudeste.

Dentro desta conjuntura, o Nordeste foi uma das regiões que mais perderam espaço na economia e no processo de desenvolvimento ao se iniciar a industrialização no Brasil, pelo fato de possuir uma estrutura industrial que pouco se diversificava, condicionada pela forte concentração fundiária e de renda, provocando baixo dinamismo e atraso no desenvolvimento das forças produtivas. Enquanto o país iniciava seu processo de industrialização, investindo em infraestrutura e modernizando sua economia, o Nordeste continuava com seu antigo caráter agroexportador e dessa forma ficou marginalizado.

O processo de concentração econômica espacial foi mais pujante no período de 1950 a 1975. Esse período corresponde ao momento em que a indústria nacional começa a se consolidar com a instalação da indústria de base e, posteriormente, com a indústria pesada. Entretanto, é na fase do “milagre econômico” que a concentração econômica no Sudeste atinge o seu auge.

A partir do planejamento regional e das reivindicações para que se reduzissem os desníveis regionais é que se inicia o processo de industrializar e modernizar o Nordeste e as demais regiões, com o intuito de promover uma maior integração nacional.

No Brasil, os processos de urbanização e de industrialização, com a constituição de uma economia e de um mercado nacional integrado, produziram uma divisão inter-regional do trabalho que cristalizou e aprofundou desigualdades espaciais existentes desde o início da sua história. Contudo, entre as décadas de 60 e 80, preocupando-se com o surgimento de conflitos sociais, a integração e unidade do país e a promoção do desenvolvimento, o Estado nacional tomou algumas iniciativas e formulou políticas especificamente dirigidas ao incentivo do crescimento de regiões mais pobres e menos dinâmicas, como o Nordeste e à ocupação das fronteiras (CARVALHO; ALMEIDA; AZEVEDO, 2004, p. 164-165).

O reconhecimento dos desequilíbrios de desenvolvimento econômico implicou categoricamente no movimento regionalista, de modo que a União passou a criar organismos com o objetivo de promover o desenvolvimento das áreas regionais estagnadas, a fim de tornar a distribuição de benefícios mais equânime. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e os bancos regionais são exemplos de instituições criadas para tal fim.

Antes da implantação da SUDENE o governo brasileiro tentou promover o desenvolvimento regional através da criação da Inspetoria Federal de Obras contra as secas (IFOCS) em 1909, que foi transformada, posteriormente, no Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) em 1945, e dessa forma diversos projetos foram elaborados e implementados nas regiões periféricas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970.

Um dos principais motivadores para o desenvolvimento do planejamento regional adotado pelo governo foi o fenômeno da seca, visto que grande parte do território nordestino se insere no polígono das secas, isto é, áreas mais expostas ao risco de ocorrência desse fenômeno.

Os fundamentos teóricos do planejamento regional nordestino tiveram como base as principais ideias da CEPAL e de estudiosos como Perroux (1955), Myrdal (1956) e Hirschman (1958), entre outros. O planejamento era visto como um eficiente e importante instrumento de superação dos problemas regionais.

A experiência de planejamento no Nordeste brasileiro nos reporta a criação da SUDENE, pois esta instituição tinha a finalidade de planejar e coordenar um conjunto de medidas destinadas a promover o crescimento da região e a melhoria

dos padrões de vida da população. A SUDENE também tinha como objetivo promover a integração espacial e setorial da economia nordestina, buscando dar-lhe complementaridade, evitando distorções locais de crescimento integrando-a nacionalmente (BARROS, 1975).

A criação da SUDENE foi influenciada pelo problema da seca e com base nessa questão o GTDN sugeria a intensificação dos investimentos industriais e a transformação da economia agrícola, no sentido de aumentar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto da seca.

Na concepção de Barros (1975), o Banco do Nordeste teve um papel de suma importância no processo de planejamento regional à medida que empreendeu as primeiras pesquisas econômicas sobre a área, coletando estatísticas básicas e preparando pessoal técnico qualificado.

Para Guimarães Neto (2004), o ponto de partida para o entendimento das relações entre as políticas e a ação governamental e a trajetória da economia regional é o reconhecimento de que o moderno setor público interventor e desenvolvimentista chega ao Nordeste com algumas décadas de atraso.

Diante dessa perspectiva é que o planejamento para o Nordeste apresentou ao longo da sua história um caráter assistencialista, de modo que o setor público apenas se fazia presente nas fases críticas da seca e com uma atuação voltada para o atendimento das oligarquias.

Guimarães Neto (2004) argumenta que com o planejamento regional que tem início na passagem dos anos 1950 para os anos 1960, o setor público começa a ter, na economia nordestina, uma presença pautada pelo que já definia sua forma de atuação nas regiões mais industrializadas. Essa presença se expande cada vez mais com o regime militar, especialmente nos anos 1970, numa fase em que o planejamento regional começa a se fragmentar e desaparecer na forma como havia sido concebido e concretizado na primeira metade dos anos 1960.

O generoso projeto de planejamento e desenvolvimento regional concebido para o Nordeste pelo GTDN (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE), no final dos anos 50, e

aperfeiçoado nos primeiros anos da década de 60, passa por mudanças profundas no seu choque com a realidade. Ainda no início da SUDENE, modificações relevantes foram realizadas no embate ocorrido no interior do conselho deliberativo, no qual pontificavam os governadores das mais diferentes tendências políticas. Em seguida, o golpe militar define uma nova visão e conteúdo, esvaziando o planejamento regional política e financeiramente, tarefa que é complementada com a implantação do sistema nacional de planejamento que, autoritário e centralizador, não consegue conviver com um planejamento regional que, até então, se caracterizava pelo esforço de descentralização, na qual os atores políticos regionais tentavam definir estratégias e prioridades próprias e locais no uso dos recursos disponíveis (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 171-172).

O GTDN foi criado no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) na tentativa de resolver a questão do subdesenvolvimento nordestino. Sob essa ótica o planejamento funcionaria como técnica e a industrialização como instrumento de desenvolvimento, de modo que na percepção do governo essa seria a forma eficiente de intervir na dinâmica nordestina para resolver o problema de desequilíbrio regional que tendia a se acentuar.

Na visão do GTDN, para que o Nordeste se industrializasse era necessário reorganizar as indústrias tradicionais da região e transformar a estrutura do sistema industrial através da instalação de indústrias de base. Essas indústrias funcionariam de acordo com o conceito de indústria motriz de Perroux (SPINOLA, 2003, p. 85).

Para Pedrão (2004), uma das maiores limitações do planejamento realizado nas décadas de 1950 e 1960 foi a escassa atenção aos fundamentos sociais da economia da região Nordeste e a falta de uma análise dos aspectos culturais e de classes que melhor situasse os programas e projetos econômicos. Isso se deve, ao já abordado, caráter federalista e autoritário do planejamento nacional que retirou do Nordeste (e com ele a Bahia) suas funções de pensar suas políticas econômicas.

Pedrão (2004), ainda assevera que a tradição de planejamento é maior no Nordeste que em qualquer outra parte do país, no entanto, aqui também, mais que em qualquer outra região, há uma perda de memória institucional, que reflete a incompatibilidade entre a reprodução do sistema de poder e a racionalidade do planejamento. A memória institucional aparece como a continuidade funcional das instituições e como registro do que elas fazem. Nos cinquenta anos de experiência de planejamento várias instituições foram criadas, tiveram definições de funções,

perderam funções e desapareceram, assim como seus trabalhos foram desvirtuados, descontinuados ou mesmo destruídos.

O princípio da causalidade circular e acumulativa de Myrdal embasa teoricamente a dificuldade que o Nordeste tem de superar as dualidades geradas historicamente pelo planejamento nacional, de modo que esses processos de desníveis regionais são de difícil reversão e tendem a tornar-se acumulativos. É nesse contexto que, de acordo com Cruz (1999), está inserida a questão regional, de modo que as desigualdades e os desequilíbrios inter-regionais persistem e se ampliam.

Outro problema que se verificou na tentativa de melhorar os padrões de distribuição regional dos investimentos públicos se relacionou com a constatação de que os recursos eram direcionados de forma assistencialista e dessa forma não geravam nenhum efeito dinâmico na estrutura econômica e na capacidade de produção do Nordeste.

Apesar dos esforços para promover o desenvolvimento no Nordeste e reduzir as disparidades regionais, a SUDENE se constituiu em um mistério para a região ao não incorporar as diretrizes do plano de ação e a análise estrutural do diagnóstico do GTDN. Assim, a frustração do planejamento regional se evidenciou à medida que os princípios da SUDENE, na tentativa de promover a reestruturação das bases agrárias, passaram a contrariar os interesses dos latifundiários, levando a uma concentração industrial baseada na política de incentivos fiscais e na política de localização industrial desenvolvida pelo setor público.

O processo de descentralização e desconcentração econômica, já destacado anteriormente, implicou na implantação e consolidação de complexos econômicos e pólos nas regiões menos industrializadas. No Nordeste, por exemplo, foram implantados conjuntos de atividades econômicas, dentre os quais cabe destacar o pólo petroquímico de Camaçari na Bahia (1980). Contudo, esse processo que dinamizou as economias periféricas e integrou o mercado nacional, proporcionou efeitos sub-regionais concentradores, ou seja, a distribuição dos investimentos e os resultados por eles apresentados, foi espacialmente concentrado (CRUZ, 1999, p.6).

Nesse contexto, o estado da Bahia foi o que mais recebeu recursos e que teve maior impulso industrializador. Na Bahia, os novos investimentos foram concentrados no espaço regional da RMS, tema que será abordado no capítulo seguinte.

2.3 PLANEJAMENTO NA BAHIA

Ao se iniciar o processo de industrialização brasileira a Bahia e o Nordeste perderam espaço no cenário nacional ao passar de região hegemônica para região periférica dentro da nova dinâmica que se configurava no país, e é nessa perspectiva que nos anos 1950 observa-se um fenômeno conhecido como “enigma baiano”.

O “enigma baiano” em poucas palavras consistiu na não industrialização da Bahia, o que por sua vez promoveu uma perda de posição relativa na economia nacional. De acordo com Marcus Alban (2005), os fatores determinantes nesse processo eram de natureza econômica e se relacionavam ao fato de que a Bahia, como todo o Nordeste, ao não participar do dinamismo do café não conseguia gerar excedentes que pudessem ser canalizados para a indústria e dessa forma apresentava baixa capacidade de acumulação de capital, o que gerava um entrave ao desenvolvimento industrial. Além disso, o pouco excedente que se gerava era canalizado para o Sul e Sudeste do país via sistema financeiro.

A conjuntura baiana até a década de 1950 era de estagnação nas indústrias têxtil e fumageira caracterizando um momento de involução industrial (enigma baiano) que foi quantificado por Rômulo Almeida (1977 *apud* BAHIA, 1997): “A porcentagem da Bahia no total da indústria nacional, apurada no censo de 1920, em capital aplicado (3,5), força motriz (4,0), operários (5,7) e produção (2,8), caiu no censo de 1940 para, respectivamente, 1,9; 2,3; 3 e 1,3”.

Nesta situação, a perspectiva do planejamento econômico começava a se apresentar como o elemento estrutural capaz de superar a escassez de recursos de

capital e promover a dinamização das atividades produtivas através do uso racional da força de trabalho e das riquezas.

Acerca da problemática do enigma baiano Luis Henrique Tavares (1980 *apud* BAHIA, 1997) mostra que o problema não se refere propriamente a uma involução, mas a percepção de que as empresas manufatureiras criadas não cresceram em função do sistema econômico baiano, estruturalmente agrário-mercantil, além de constatar os pontos de estrangulamento comuns ao desenvolvimento industrial de todo o Brasil (pobreza de mão-de-obra técnica, falta de recursos, carência de força motriz, deficiência do mercado interno).

Estudiosos do enigma baiano como Pinto de Aguiar (1972) e Clemente Mariani (1977) revelaram diagnósticos e hipóteses para a sua superação. A superação se efetivaria com base no foco das ideias do planejamento econômico e no aproveitamento das vocações produtivas do Estado.

De acordo com Pinto de Aguiar (1958) para que a Bahia pudesse superar o “enigma” precisaria vencer a insuficiente capacidade de poupança, a instabilidade de nossa economia, que basicamente primária estava sujeita as flutuações dos mercados externos, o atraso técnico, o reduzido estímulo aos investimentos e adotar o planejamento como terapêutica (UDERMAN, 2007).

Uderman (2007) mostra que o desejo de solucionar essas dificuldades ensejou a institucionalização da atividade de planejamento na Bahia, ainda em 1955, quando um relatório estadual recomendou como condições gerais de desenvolvimento o estabelecimento de diretrizes de diversificação agrícola, fortalecimento industrial e estímulo a comercialização interna, sinalizando para os riscos da dependência da economia baiana em relação às atividades primárias e ao comércio exterior.

Na perspectiva industrial, preocupado com uma possível dispersão dos recursos do Estado, o trabalho chamava atenção para a necessidade de delimitar uma zona para a localização de empresas. O plano era direcionar recursos para locais e empreendimentos que propiciassem maior produtividade para o conjunto da

economia, tendo por base o princípio da concentração de investimentos em pontos seletivos e estratégicos.

É nesse contexto que surge a necessidade de se planejar a retomada do desenvolvimento na Bahia com o intuito de reverter essa dinâmica. Para Marcus Alban (2005) o “instrumento” que poderia reverter esse processo e assim superar o enigma seria o planejamento.

Segundo Spinola (2003), a Bahia foi pioneira no Brasil a desenvolver a atividade de planejamento do seu desenvolvimento econômico. Esse destaque se deu via Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), que criado em 1959, influenciou as ações governamentais da Bahia até a década de 1980. O PLANDEB foi elaborado por Rômulo Almeida e buscou detalhar a situação baiana e as suas limitações em termos de obras contra as secas, destacando a precariedade da situação local decorrente do descaso do governo federal com relação ao estado.

A partir da década de 90, esgotadas as possibilidades do modelo de crescimento inspirado no paradigma nacional-desenvolvimentista e engajando-se na onda liberal que dominou o país, a Bahia passou a trabalhar casuisticamente em projetos que, segundo as tendências do mercado, indicassem possibilidades de crescimento econômico, elegendo a iniciativa privada como responsável principal pelas atividades a serem desenvolvidas no Estado. Aí perdeu-se a visão do conjunto e de longo prazo. Com isto, não se quer dizer que as diretrizes do planejamento na Bahia, quando houve, tivessem sido implementadas como seria desejável. Não o foram. Como ocorreu no caso do planejamento nordestino, entre a concepção idealista dos planejadores e a realidade social da região, registrava-se uma distância de séculos (SPINOLA, 2003, p. 101).

Carvalho (2002) vai mostrar que o planejamento, como instrumento de orientação do desenvolvimento econômico e social, aparece na Bahia nos anos 1950 e tem como marco institucional a criação do Conselho de Desenvolvimento da Bahia e da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) em 1955, que surgiu com o objetivo de diagnosticar a economia baiana, conceber programas e projetos e institucionalizar o sistema de planejamento estadual, tendo sido responsável pela elaboração do programa de recuperação da Bahia e posteriormente o Plano de Desenvolvimento da Bahia – PLANDEB – concluído em 1959.

O PLANDEB tinha como objetivo desenvolver a Bahia em todos os setores adotando como estratégia de desenvolvimento local a promoção da grande empresa dedicada

à produção de bens intermediários, visando os mercados da região Sudeste. Contudo, essa estratégia não prosperou e transformou a Bahia numa grande produtora de bens intermediários, sem conseguir desenvolver, da forma esperada, um parque de transformação de produtos finais que internalizasse a industrialização em seu território.

No entanto, o planejamento na Bahia era visto como ameaça pela classe dominante e dessa forma percebe-se que houve muita resistência para que o PLANDEB não fosse implementado. Nas palavras de Spinola:

O planejamento na Bahia foi sempre de natureza indicativa. O PLANDEB, por exemplo, não foi aprovado pela Assembléia Legislativa e enfrentou reações contrárias dentro da própria equipe do governo Juracy Magalhães (1959-1963). As causas dessa rejeição decorreram da resistência da classe política do Estado, bastante atrasada a época, e ao predomínio de uma estrutura de poder oligárquica, patrimonialista e clientelista, que via no planejamento uma séria ameaça de limitação de sua autoridade e poder. Afinal na visão da classe política, o planejamento implicava na transferência do poder, notadamente do poder de barganha, das suas mãos para as mãos dos tecnoburocratas do poder executivo (SPINOLA, 2003, p. 108).

Alcoforado (2003) destaca que o PLANDEB tinha propostas de projetos que promoveriam uma integração sistêmica entre os setores industrial, comercial e agrícola, com o propósito de desenvolver de forma equilibrada o estado da Bahia. Ressalta ainda que o PLANDEB foi o responsável pela “estratégia de desconcentração concentrada” que preconizava a industrialização da Bahia mediante sua inserção no projeto nacional de desenvolvimento posto em prática pelo governo federal.

Essa estratégia tinha como cerne a atração de grandes empresas produtoras de bens intermediários que agiriam como pólos de desenvolvimento industrial ao lado de empresas produtoras de bens finais que se estabeleceriam nos centros e distritos industriais designados para abrigá-las, tanto na Região Metropolitana de Salvador quanto no interior do estado (ALCOFORADO, 2003).

Dentro da estratégia preconizada pelo PLANDEB a proposta que teve implementação de destaque foi a implantação da grande indústria produtora de bens intermediários, notadamente, com a indústria química/petroquímica e por algumas unidades siderúrgicas/metalúrgicas. É importante destacar que grande parcela dos

projetos setoriais do PLANDEB não foi efetivada e outros foram realizados até a década de 1980 devido ao conservadorismo do pensamento dominante na época.

A Bahia possuía um parque industrial altamente defasado, pelo fato de possuir uma economia preponderantemente primária, e dessa forma o PLANDEB buscava modificar a estrutura da economia estadual através de um processo de industrialização intensivo. Na tentativa de industrializar a Bahia a estratégia do PLANDEB tinha como base:

1. formar um setor agroindustrial moderno e viabilizar o desenvolvimento do interior apoiado na modernização da pecuária e da agricultura;
2. promover a articulação um processo de industrialização com a constituição de um pólo de crescimento com indústrias interligadas, formando assim um complexo industrial (SPINOLA, 2003, p. 111).

Essa estratégia de desenvolvimento estava embasada na ideia dos pólos de crescimento desenvolvida por Perroux (1955), no entanto, os seus objetivos não foram alcançados, visto que com a crise dos anos 1980 a estratégia industrial do PLANDEB se esgotou. Cruz (1999) afirma que a noção de pólos de Perroux guiava a tecnocracia baiana, que propunha criação de empresas de capital misto e formulava programas de desenvolvimento para regiões específicas do estado da Bahia, na perspectiva de que “indústrias motrizes” gerassem dinamismo nas demais regiões.

Com o esgotamento do PLANDEB o governo buscou um novo modelo de desenvolvimento que se configurou no plano de Reconstrução e Integração Dinâmica desenvolvido pela Comissão de Planejamento Econômico nos anos 1990. A proposta do novo plano se apoiava na verticalização da indústria em direção aos bens finais, instituindo uma ligação entre a produção de bens intermediários e a produção de bens finais, com o intuito de agregar valor a produção local. Essa estratégia, mesmo que sem o mesmo dinamismo do PLANDEB foi implementada com razoável êxito (ALBAN, 2005).

É importante destacar que o PLANDEB foi contemporâneo ao plano elaborado pelo GTDN para o Nordeste. Apesar de terem sido desenvolvidos na mesma época possuíam estratégias distintas, visto que o GTDN tinha uma proposta de promover

no Nordeste o mesmo modelo de desenvolvimento do Sudeste e o PLANDEB visava integrar o desenvolvimento da Bahia ao do Sudeste.

Ao analisar o planejamento na Bahia, Spinola (2003) afirma que:

Pode-se dizer que, entre a concepção idealista e a viabilização, o planejamento na Bahia, em que pese ao idealismo dos seus formuladores, sempre foi pragmático. Os planejadores baianos sempre estiveram sintonizados com as tendências do governo federal e as oportunidades possíveis de exploração dos recursos disponíveis, no contexto da expansão do capitalismo nacional e internacional. Parece que os planejadores baianos acreditavam sinceramente nos efeitos geradores de emprego das grandes empresas produtoras de intermediários, o que produziria a decolagem das indústrias transformadoras de bens finais, além de efeitos modernizadores sobre a base agrícola estadual, o que, de fato, não ocorreu, pelo menos na dimensão esperada (SPINOLA, 2003, p. 109).

O planejamento industrial da Bahia efetuou as diretrizes do PLANDEB, baseadas no fomento a industrialização do interior e na implantação de complexos produtores de intermediários. Esses programas tiveram como base as políticas de incentivos fiscais e a criação de distritos industriais, de modo que a adoção dessas medidas se explicou pela baixa vocação industrial dos empresários baianos, uma vez que o estado possuía forte caráter agrário apoiado em culturas como as do cacau, do fumo e a lavoura açucareira. Assim a solução encontrada para superar essas limitações foi a captação de recursos externos.

Nessa conjuntura, com a implantação dos complexos produtores de bens intermediários (petroquímica, metalurgia e minerais), em meados da década de 1980, conclui-se o escopo do processo de planejamento da Bahia idealizado a partir do PLANDEB (SPINOLA, 2003, p. 133).

Ainda que nos primeiros anos da década de 1980 a atividade de planejamento na Bahia conservasse o seu caráter estratégico, notava-se a partir daí, um declínio da importância conferida a essa função, de modo que as principais propostas de desenvolvimento industrial formuladas continuavam enfatizando a relevância dos pólos de desenvolvimento e seus efeitos encadeadores. Isso se deu devido ao enfraquecimento das estruturas federais de suporte ao desenvolvimento regional e as dificuldades enfrentadas pelo sistema de planejamento estadual, que

comprometeram a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas (UDERMAN, 2007).

2.4 PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA BAHIA

Por se tratar de um tema que requer uma investigação do passado, para que possa ser compreendido na sua totalidade e no contexto em que ele se encontra inserido, tornou-se necessário fazer uma breve abordagem referente aos aspectos históricos do processo de industrialização que condicionou a problemática baiana no que se refere à questão da concentração espacial.

A história econômica da Bahia perpassa por duas dinâmicas distintas. A primeira corresponde à fase da economia primário-exportadora (do século XVI até 1970), enquanto que a segunda é relativa ao período predominantemente industrial (1970 em diante). Todavia, a dinâmica que apresenta relevância na discussão do presente trabalho é a da fase industrial, que tem início na década de 1950 e se consolida a partir de 1970, quando a Bahia passa a ser contemplada com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários complementar à matriz de produção instalada na região Sudeste do país (ALCOFORADO, 2003).

Atrelada a sua base primário-exportadora a economia baiana demonstrava, nessa época, forte dependência as atividades primárias e sua indústria operava com reduzida renovação tecnológica, de modo que a consolidação da industrialização no estado promoveu transformações estruturais na economia baiana reduzindo a participação das atividades primárias e elevando o peso do setor secundário no PIB estadual.

Sendo assim, o desenvolvimento industrial do Estado da Bahia teve como marco a construção da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), a construção da Hidroelétrica de Paulo Afonso, a criação da SUDENE, do Banco do Nordeste e o planejamento econômico estadual na década de 1950. Segundo Bahia (1997), esses fatores foram

componentes compensatórios da mesma política nacional que criou os elementos que ativaram a concentração da industrialização em São Paulo.

É necessário destacar que a Bahia não participou do processo de substituição de importações e, por conseguinte, não modernizou o seu parque industrial revelando baixa diversificação industrial, o que por sua vez implicou em falta de competitividade e perda de mercados. Isso explica porque os programas de industrialização estadual se concentraram em poucos ramos de atividade (concentração setorial).

Pedrão (1996 *apud* Spinola, 2003) afirma que:

O atraso da Bahia no processo de substituição de importações manifestar-se-ia na pouca diversificação de seu parque industrial e, mais tarde, explicaria as razões da elevada concentração dos programas industriais. Observa-se, por exemplo, que a participação do setor industrial no produto bruto do Estado passou de 10,5% em 1939, sucessivamente, a 6,8% em 1947, a 13% em 1957, voltando a 7,6% em 1967, justamente quando se supõe que a substituição de importações no Brasil já estava em declínio. Ao que tudo indica, esta pouca participação na substituição de importações estaria vinculada com as condições de desenvolvimento do sistema financeiro na região e com as transformações na própria estrutura da empresa, afetando as operações financeiras, bem como as industriais (SPINOLA, 2003, p. 136).

Entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1980 a Bahia apresentou considerável crescimento econômico com taxas superiores a 7%, constituindo, assim, um momento importante no processo de industrialização do Estado (BAHIA, 1997).

Nesse período alguns fatores foram determinantes no desenvolvimento industrial baiano. Dentre eles se destacaram:

- a) o impacto inicial de uma política de industrialização, fundamentada na construção dos distritos industriais do interior, do CIA E COPEC na RMS, combinada com a atração de investimentos mediante a oferta de externalidades nestes distritos industriais;
- b) o ingresso de substanciais transferências de recursos federais, através do BNDE, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (a fundo perdido) e do Sistema Financeiro de Habitação, o que ativou o mercado regional baiano, dada a realização de um impressionante conjunto de obras de infra-estrutura física e urbano-social, de conjuntos habitacionais e da montagem industrial, notadamente no CIA/COPEC, que expandiram consideravelmente a criação de empregos;
- c) a disponibilização de financiamento público preferencial, através do sistema de incentivos fiscais federal e estadual, que promoveu uma transferência considerável de empresas da região Sudeste para a

- Bahia, mesmo que revertida quando do esgotamento do prazo do benefício concedido;
- d) a integração dos projetos baianos com os do governo federal, notadamente no que se refere a petroquímica (SPINOLA, 2003, p. 139).

Spinola (2003) destaca que esse período foi o mais importante da história econômica recente da Bahia, sendo que o seu movimento de industrialização (de acordo com a estratégia do PLANDEB) foi desenvolvido pela instalação de indústrias dinâmicas como as petroquímicas (CIA/COPEC) e as metalúrgicas SIBRA, USIBA E ALCAN (CIA) que em 1959 apresentavam uma participação de 43% no valor bruto da produção do Estado, passando a 80% nos anos 1980.

Outro elemento fundamental da industrialização na Bahia foi o seu componente energético. Para Pedrão (1996 *apud* Spinola, 2003) a política energética adotada pela Bahia fez com que o grupo de indústrias de mais complexo nível tecnológico se formasse ao redor da disponibilidade de gás, portanto ligado à escala e ao perfil do setor petrolífero. Com o aumento da produção de energia hidrelétrica houve concentração industrial na RMS (ao favorecer os grandes compradores concentrados na área do CIA/COPEC), em detrimento de uma interiorização significativa do processo de industrialização.

Em 1960 implanta-se o Centro Industrial de Aratu (CIA) que vem a se constituir em um “elemento-chave” no processo de industrialização da Bahia por ter atraído empreendimentos, chegando a representar cerca de 20% da estrutura industrial do estado em 1977. No entanto, já se configurava a tendência de redução da importância relativa do CIA na economia baiana a partir do final da década de 1970 com a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, que firmou a posição da Bahia como um estado produtor de bens intermediários (CAVALCANTE, 2004, p. 80-81).

Na década de 1970 o marco no processo de industrialização se consubstancia na criação de um sistema rodoviário nacionalmente integrado na região baiana, com a pavimentação da BR-116 e BR-101 (complementadas por estradas locais), que possibilitaram o escoamento dos bens intermediários produzidos na Bahia em direção ao Sudeste, facilitando dessa forma a industrialização no estado (BAHIA, 1997).

No período entre 1970 e 1980 a industrialização baiana se caracterizou por uma ampla utilização de isenção de impostos e incentivos fiscais que foram direcionados para a construção dos distritos industriais do interior e da RMS.

Alcoforado (2003) mostra que:

Entre 1970 e 1980, com financiamentos a juros subsidiados, isenção de impostos e incentivos fiscais foram implantados os distritos industriais do interior e da RMS e montado o parque produtor de bens intermediários concentrados nos segmentos da química/petroquímica e dos minerais não metálicos (ALCOFORADO, 2003, p. 231).

Com a maturação dos investimentos do Pólo Petroquímico de Camaçari, em meados da década de 1980, com o desmantelamento das políticas de desenvolvimento regional e com a aguda crise fiscal vivida pelo Brasil, a Bahia sofreu intensamente e a estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado começou a dar sinais de esgotamento, marcando dessa forma o processo de industrialização estadual (CALVACANTE, 2004).

Diante disso, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela chamada Guerra Fiscal e, assim, os incentivos fiscais tornaram-se o principal instrumento do governo do estado para a implementação de sua política de desenvolvimento econômico. Nos anos 1990, a Bahia recebe grandes empreendimentos no segmento de papel e celulose no Extremo Sul do estado (BAHIA SUL CELULOSE E VERA CRUZ CELULOSE) consolidando a redução de importância do setor agrário exportador na economia estadual e dando lugar de destaque ao setor industrial.

Percebe-se, assim, que a evolução do processo de industrialização da Bahia, entre as décadas de 1950 e 1980, fixou-se em uma estrutura industrial concentrada na produção de bens intermediários, caracterizando uma estratégia de industrialização de integração à Região Sudeste, haja vista que a Bahia colocava-se como fornecedora de matérias-primas para a indústria de transformação predominantemente estabelecida naquela região.

Essa estratégia de desenvolvimento resultou numa economia com forte caráter concentrador, seja do ponto de vista espacial, setorial e empresarial que começou a dar sinal de esgotamento em meados da década de 1980.

Todos estes empreendimentos efetuados na Bahia, no seu processo de industrialização, transformaram-na em um estado produtor de bens intermediários e consolidaram sua posição como sexta maior economia do país, contribuindo ainda para a criação de uma infraestrutura de serviços. No entanto, engendraram uma economia concentrada (CAVALCANTE, 2004).

A concentração setorial se consolida a partir do momento em que os investimentos do Complexo Petroquímico atingem seu auge, com o setor químico respondendo por cerca de 50% da estrutura da indústria de transformação no Estado. Caracterizava-se também pela elevada concentração empresarial, resultante da intensidade em capital dos investimentos realizados ao longo do tempo (PORTO, 2002).

Entretanto, a concentração que merece destaque neste trabalho é a que se refere ao ponto de vista espacial, de modo que se observa elevada concentração econômica na RMS. Essa temática será abordada no próximo capítulo.

3 POLÍTICA DE LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL E CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Esse capítulo tem por objetivo mostrar que de fato existe uma elevada concentração econômica no Estado da Bahia (RMS). Essa concentração foi fruto de um processo histórico, de modo que no processo de planejamento para a industrialização do estado o governo acabou, através da política de localização industrial, promovendo centralização econômica na Região Metropolitana de Salvador tornando-a a mais dinâmica do Estado e ampliando as disparidades regionais.

O presente capítulo tem também o intuito de destacar que a estratégia de desconcentração industrial e atenuação dos desequilíbrios regionais baseada na criação dos distritos industriais, adotada pelo governo, não surtiu os efeitos desejados mantendo a tendência de concentração espacial na Bahia.

3.1 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DA BAHIA

A política de localização industrial na Bahia começa a ser desenhada com a decisão de implantar um distrito manufatureiro não especializado na RMS e remonta ao final da década de 1950 com a criação da Comissão de Planejamento Econômico e a elaboração do PLANDEB. A Sub-Comissão de Desenvolvimento e Localização Industrial da CPE decidiu pela instalação desse distrito na Região de Aratu com a justificativa que essa localidade era a mais adequada para a implantação das externalidades essenciais à atração e fixação de indústrias na RMS (SPINOLA, 2003).

[...] Considerando que, após exame de todos os aspectos do complexo problema de localização para as indústrias que se terão de fixar, em breve prazo, no Estado da Bahia, chegou a Sub-Comissão de Localização e Desenvolvimento Industrial da Comissão de Planejamento Econômico à conclusão de que se faz mister, em caráter de prioridade, delimitar uma "cidade" nas circunvizinhanças da Capital que atenda a todos os requisitos imprescindíveis, de energia fácil, de água em abundância, de mão-de-obra

disponível, de mercado consumidor próximo, de diversificação de vias de comunicação; considerando que dentre as áreas lembradas para a criação de uma cidade industrial merece destaque a que rodeia a baía de Aratu, de topografia favorável, de acessibilidade por mar, por ferrovia e pelas rodovias em processo de pavimentação, com energia elétrica e gás natural, com água dos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes de captação prevista; área já escolhida pela Base Naval, pela Cimento Aratu, pela Nitrogênio e percorrida pela Petrobras; é de parecer a Sub-Comissão de Localização e Desenvolvimento industrial que, sem prejuízo de uma consideração futura das áreas que se estendem ao longo da rodagem Bahia-Feira, de Valéria até Água Comprida (...), a Comissão de Planejamento Econômico indique ao governo do Estado os terrenos que circundam a baía de Aratu para desapropriação, visando à implantação da Cidade Industrial nº 1 do Estado da Bahia (SPINOLA, 2003, p. 165).

Essa decisão do governo se constituiu num marco para a política de localização industrial e para o fortalecimento do caráter concentrador da dinâmica econômica no estado, uma vez que a ideia era promover aglomeração e integração industrial em pontos estratégicos (princípio da concentração), estimulando a concentração territorial para obtenção de economias de escala e de aglomeração, complementaridades, entre outros.

O objetivo básico do Centro Industrial de Aratu (CIA), de acordo com o Plano Diretor de 1967, era assegurar uma oferta estável e elástica de terrenos industriais, em área excepcionalmente bem situada, racionalmente zoneada e bem equipada, assegurando às indústrias excelentes condições de competitividade, pelas vantagens iniciais de implantação e baixo custo de operação que se desdobrava na intenção de assegurar, no longo prazo, facilidades para mais ampla expansão industrial que fosse previsível (SPINOLA, 2003, p. 167).

A atração de empresas promovida com a implantação do CIA foi sustentada através de incentivos fiscais e financeiros e de concessão de terrenos infraestruturados. De acordo com Cruz (1999) a impossibilidade de se criar economias de aglomeração apenas a partir de investimentos privados fez com que o governo tivesse que oferecer certas vantagens para incentivar a aglomeração industrial. Assim, as ações dos governos estadual e nacional atraíram novas empresas para a Bahia, assumindo custos de infraestrutura, além de redução de impostos ou renúncia fiscal temporária, apoio financeiro e creditício, sem contar com o ônus da realização de estudos prévios e realização de pesquisas (CRUZ, 1999, p. 150).

Nesse sentido, o governo federal fornecia financiamentos e incentivos fiscais, enquanto que o governo estadual colaborava com a redução ou isenção de imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), implantação de infraestrutura de energia elétrica, tratamento de resíduos, vias de transporte e a construção do porto de Aratu. Dessa forma, a política industrial dos anos 1960 e 1970, ao tentar reduzir os desequilíbrios regionais do país, acabou por concentrar investimentos industriais na periferia imediata de Salvador (Região de Aratu e Município de Camaçari).

Uderman (2007) destaca que ao longo da década de 1970 o governo passou a criar distritos industriais no interior, mas estes não conseguiram afetar a distribuição territorial dos investimentos industriais. Essa política tinha como objetivo estimular a implantação de unidades industriais nas maiores cidades do interior, promover o disciplinamento local dos projetos e evitar os efeitos negativos da concentração industrial na RMS.

Apesar deste esforço, os distritos industriais do interior não apresentavam a mesma atratividade do pólo metropolitano, de modo que o processo de interiorização não chegou a avançar. Limitações de escala, mão-de-obra, acesso e mercado, além da pouca expressividade dos investimentos públicos canalizados para esse fim, restringiram a eficácia das ações. Ao lado dessas restrições, a proposta de criação dos distritos industriais no interior do estado não parecia traduzir uma preocupação central do planejamento do governo estadual com a desconcentração da atividade industrial na Bahia, uma vez que o programa de governo lançado em 1972 defendia a importância de estabelecer objetivos espaciais para a concentração de recursos e projetos, definindo a área metropolitana como centro de referência para o fomento às atividades industriais e de serviços (UDERMAN, 2007, p. 9-10).

Em 1979 é elaborado o documento “Diretrizes e Metas”, o qual sustentava o compromisso de expandir as condições de competitividade da RMS com o propósito de atrair investimentos de porte. Essa atenção diferenciada que foi concedida a região metropolitana e o esforço de desenvolvimento concentrado eram justificados pela intenção de aproveitar as potencialidades do principal pólo industrial do estado, garantindo-lhe um elevado nível de eficiência. Assim, qualquer ação que visasse

uma desconcentração espacial (tida como prematura por meio da disseminação dos investimentos industriais) era desaconselhada (UDERMAN, 2007, p. 14).

Passada a fase de renúncia fiscal, com a redução ou extinção dos incentivos fiscais (isenção de imposto de renda; redução de imposto sobre circulação de mercadorias), e posteriormente, com a crise econômica dos anos 1980 diversas empresas desativaram suas fábricas instaladas no CIA.

Para Spinola (2003) essa desmobilização decorreu de fatores relacionados à falta de competitividade devido à perda do subsídio fiscal, incompetência gerencial, falta de complementaridade e má-fé de vários empresários que instalaram na Bahia apenas linhas de montagem dos componentes fabricados pelas suas matrizes. A criação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) também contribuiu para a desarticulação do CIA.

Esperava-se que o Centro Industrial de Aratu fosse promover transformações relevantes na Bahia, projetando-a como um estado industrializado, moderno e, por conseguinte, desenvolvido. Entretanto, a contribuição do CIA para o desenvolvimento industrial do estado ficou aquém do esperado e a política de localização industrial por ele encarnada colaborou para a concentração industrial na RMS devido ao efeito atrativo de micro e pequenas empresas que se expandiram no seu entorno.

Em consonância com o documento elaborado em 1979, o “Programa de Ação Governamental para a Bahia”, desenvolvido em 1983, realçava a necessidade de fortalecer o pólo industrial metropolitano, de modo a otimizar o aproveitamento de seu potencial germinativo e consolidar o núcleo dinâmico da economia baiana. Além disso, manifestava também o desejo de promover a interiorização do desenvolvimento, aconselhando a realização de investimentos em áreas selecionadas, mas chamando a atenção para um possível risco de pulverização e esterilização dos recursos disponíveis (UDERMAN, 2007, p. 15).

Tendo como base esse modelo de distribuição dos investimentos diversas denominações foram utilizadas para designar as áreas destinadas à localização

concentrada de indústrias na Bahia. Os programas de áreas para localização concentrada desenvolvidos no estado, até o fim da década de 1970, tiveram por base uma estratégia que visava à desconcentração da atividade industrial, objetivando uma melhor distribuição espacial com a criação e a implantação de novas áreas de localização da indústria a fim de gerar novos centros dinâmicos (SPINOLA, 2003).

Três conceitos básicos caracterizaram a política de localização industrial desenvolvida pela Bahia. Esses conceitos são os de centro industrial, complexo industrial e distrito industrial.

Centro Industrial - “é basicamente um instrumento de planejamento e sua resultante efetivação, consubstanciada pela ocupação racional de uma área bem definida, à qual se associa um conjunto de motivações industriais, harmonizadas ao processo geral de desenvolvimento econômico da região” (PINTO 1975). Um centro industrial pode-se subdividir em complexos ou em distritos.

Complexo Industrial - “é um conjunto de unidades manufatureiras localizado em determinado espaço geográfico, planejado com base em uma estrutura física comum, criado em torno de uma indústria principal denominada também de unidade medular ou foco do complexo. Essas unidades estão ligadas entre si por importantes relações tecnológicas e econômicas” (SAMPAIO 1975).

Distrito Industrial - “é uma área industrial planejada, estreitamente vinculada a um núcleo urbano e dotada de infra-estrutura física e serviços de apoio necessários à indução de um processo de desenvolvimento industrial” (ANEDI 1976). (SPINOLA, 2001, p. 28).

Esses conceitos permaneceram inalterados na Bahia até o fim dos anos 1990 devido ao declínio da atividade de planejamento no estado, quando se passou a utilizar de forma errônea o termo pólo para denominar qualquer concentração de empreendimentos que revelassem sinais promissores de expansão.

No ano de 1988, o governo do estado lança o “Plano Estratégico de Ação 1988-1991” que enfatizava a capacidade de irradiação da atividade econômica metropolitana e propunha a ampliação do Pólo Petroquímico de Camaçari, da RLAM e da Caraíba Metais. Novamente, o governo recomendava a concentração espacial da atividade industrial, de modo a evitar o desperdício oriundo da disseminação indiscriminada de incentivos, sem deixar de mencionar a relevância da descentralização, quando viável (URDEMAN, 2007, p. 16-17).

A implantação da indústria petroquímica na Bahia, assim como a do CIA, constituiu um marco na política de localização industrial do estado da Bahia. A ideia dominante da tecnocracia baiana era a de que, com a petroquímica, a Bahia encontraria as condições de competitividade para montar um parque industrial que produziria fortes efeitos multiplicadores.

A expectativa do governo do Estado em torno da criação do COPEC se baseava na criação de condições de desenvolvimento de uma atividade motriz de elevado dinamismo com a perspectiva de que o Complexo se transformasse em um pólo de desenvolvimento, entretanto, esse objetivo fracassou e aprofundou o problema da concentração espacial no estado.

Sendo assim, o Complexo Petroquímico de Camaçari não produziu os efeitos multiplicadores (de polarização) esperados e que responderiam pelo desenvolvimento de um parque de indústrias de transformação produtoras de bens finais. Por outro lado reduziu a capacidade de financiamento de diversos segmentos industriais alternativos ao monopolizar a captação dos recursos regionais para o financiamento da indústria (ALCOFORADO, 2003).

A decisão pela criação de pólos de desenvolvimento associada à criação dos distritos industriais na RMS e no interior do estado, constituiu uma política ineficaz, como exemplifica o insucesso da concepção do COPEC como um pólo gerando, posteriormente, concentração econômica espacial na Bahia.

A Petrobras não admitia submeter seu projeto à ingerência do governo baiano, daí porque decidiu autonomamente localizar-se em Camaçari, numa opção criticada pelos japoneses (sócios estrangeiros nas indústrias) e por alguns técnicos baianos. A opção ideal seria localizar o Complexo no CIA, uma vez que reduziria substancialmente o custo da infraestrutura ao passo que viabilizaria o CIA, distrito carente de indústrias e reduziria a produção de danos ambientais, haja vista que o COPEC foi localizado sobre um importante aquífero subterrâneo (SPINOLA, 2001, p. 39).

Para Spinola (2001) a política de localização industrial da Bahia promoveu uma distorção, utilizando mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, baseada na instalação dos distritos, de uma parcela de empresários oportunistas, que só permaneceram no estado enquanto se beneficiaram das vantagens concedidas pelo poder público. Encerrado o benefício, encerravam o negócio.

A criação dos distritos industriais da Bahia apresentava uma boa intenção, no entanto foi ilusória, haja vista que foi autoritária, dado que as decisões foram tomadas sem que os diversos segmentos das comunidades locais pudessem participar.

Atualmente, a tendência que se registra na política de fomento à industrialização da Bahia é a de privatizar os distritos existentes, passando o seu controle e administração para os municípios e as empresas usuárias, o que não tem conseguido muito sucesso, por causa de problemas de natureza política e da resistência dos próprios usuários, que preferem continuar recebendo o suporte infra-estrutural gratuito do Estado. Enquanto isso os espaços ociosos disponíveis são aproveitados para a locação de empreendimentos captados no mercado, no contexto de uma “guerra fiscal” para a atração de investimentos que hoje mobiliza (de forma suicida) a maioria dos estados brasileiros (SPINOLA, 2001, p. 43).

A partir da década de 1990 os planos desenvolvidos passam a defender a necessidade de um modelo industrialista menos concentrador. O Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA⁴), por exemplo, teve como intuito a interiorização do processo de industrialização, o estímulo a transformação industrial, a diversificação da malha industrial do estado, o reforço da capacidade tecnológica e a incrementação de produtividade e qualidade a indústria baiana. Contudo, a referência geográfica para a realização dos objetivos do PROBAHIA foi a RMS, no que se refere ao volume do incentivo e também pelos seus próprios atrativos de infraestrutura diferenciada, grande mercado consumidor, mão-de-obra especializada, entre outros.

Pessoti e Pessoti (2008) mostram que concomitante ao PROBAHIA, em 1992 foi criado o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (FUNDESE), que na teoria deveria ser mais uma das diretrizes estaduais voltadas para a promoção do desenvolvimento e interiorização da produção baiana. Entre os investimentos considerados “prioritários” pelo FUNDESE encontravam-se os de estímulo ao

⁴ Instituído em 1991 (PESSOTI; PESSOTI, 2008).

surgimento e crescimento de um setor automotivo no estado, desenvolvimento de projetos de incubadoras de empresas, além de qualificação de mão-de-obra industrial e promoção das micro e pequenas empresas.

O primeiro programa específico desenvolvido pelo FUNDESE foi o programa de incentivo para a indústria de informática, eletro-eletrônicos e telecomunicações. Esse programa atraiu muitas empresas montadoras de computadores para a região Sul do estado configurando o chamado “pólo” de informática de Ilhéus.

Essa estratégia atendia aos objetivos do governo estadual à medida que contemplava uma região situada fora do Eixo Metropolitano de Salvador, enquadrando-a dentro da estratégia de interiorização e diversificação do parque industrial baiano. Contudo, essa tentativa do governo foi frustrada, uma vez que não se verificou uma desconcentração do parque industrial, de modo que o segmento industrial desenvolvido em Ilhéus não chegou a representar 3% do valor agregado pela indústria de transformação do estado (PESSOTI; PESSOTI, 2008, p. 42).

Uderman (2007) mostra que em 1999 a implantação do Complexo Automotivo Ford Nordeste em Camaçari configura um ponto de inflexão na trajetória da indústria de transformação estadual e no esquema de fomento à industrialização. O Programa de Incentivo para a Indústria do Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO), criado em 1999 foi determinante para a criação de um parque automotivo no estado, visto que se apoiava em benefícios oferecidos pelo governo federal, contando com significativos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo governo baiano.

Todavia, Pessoti e Pessoti (2008) mostram que a concentração da geração de riquezas no entorno de Salvador se elevou, com a RMS representando aproximadamente 55% do PIB estadual em 2004, refletindo, mais uma vez, o caráter centralizador dos investimentos que geraram impactos limitados fora do eixo metropolitano, permanecendo o quadro de desigualdades significativas entre os territórios e a RMS.

No final da década de 1990, o governo estadual resolveu reformular a sua linha de intervenção industrial, de forma que na tentativa de criar instrumentos de proteção à

economia baiana contra a sua dependência em relação às *commodities* petroquímicas, além de criar novas cadeias produtivas, adensando e diversificando a matriz industrial foi planejado um programa de desenvolvimento industrial e de integração econômica denominado DESENVOLVE.

Esse programa objetivava complementar e diversificar as matrizes industrial e agroindustrial do estado, integrando-as territorialmente. Nesse sentido, esperava-se promover uma melhor distribuição espacial da estrutura produtiva do estado, proporcionando maior geração de emprego e renda nos diversos territórios da Bahia (PESSOTI; PESSOTI, 2008, p. 45).

Todavia, segundo Uderman (2007), até o final do primeiro semestre de 2006, contabilizavam-se 409 projetos com protocolos de intenção assinados no âmbito do DESENVOLVE, perfazendo um total superior a R\$ 18 bilhões em investimentos sendo que esses projetos continuavam concentrados na RMS, que respondia por cerca de 58% do total de protocolos assinados e do montante a ser aplicado.

Nessa perspectiva, enquanto os documentos de planejamento davam ênfase ao compromisso do governo com a desconcentração territorial da indústria e a densificação de cadeias produtivas, ressaltando a importância do apoio a empreendimentos de menor porte, com capacidade de agregar maior número de trabalhadores, a grande parcela dos investimentos industriais incentivados parecia afastar-se dessas diretrizes, de modo que o perfil da indústria estadual continuava marcado por expressiva concentração espacial e os projetos previstos para o estado não indicavam um movimento consistente de reversão dessa tendência (UDERMAN, 2007, p. 25).

Diante do exposto, na intenção de formular políticas industriais concretas e direcionadas, que manifestassem capacidade de contribuir para o objetivo de interiorização surge o documento “Bahia Século XXI: temas estratégicos” (AVENA, 2002). Esse trabalho apoiava a desconcentração geográfica e a diversificação produtiva. Em 2003, o Plano Estratégico “Bahia 2020: o futuro agente faz” corroborava essas mesmas diretrizes, admitindo que a Bahia mantinha um perfil muito concentrado, seja do ponto de vista setorial, espacial e empresarial.

É notório que o governo do estado da Bahia no decorrer do processo de industrialização revelou uma tendência à manutenção da atenção diferenciada em prol da RMS. Essa decisão, ao longo do tempo, consolidou a concentração econômica nessa região.

Percebe-se que a política de localização industrial desenvolvida pelo governo da Bahia beneficiou demasiadamente a Região Metropolitana de Salvador gerando um processo de concentração econômica de difícil reversão ampliando as disparidades regionais dentro do estado. As questões relativas a concentração espacial na RMS serão melhor abordadas no próximo tópico.

Em suma, a política de localização industrial contribuiu de forma decisiva para a centralização das atividades industriais na Região Metropolitana de Salvador, sendo que em 1982 45,63% da indústria baiana se localizava nessa região, saltando para 58,01% em 1995 (SPINOLA, 2003).

3.2 CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Segundo Alcoforado (2003) a Região Metropolitana de Salvador é a mais desenvolvida do estado da Bahia, pois possui infraestrutura diferenciada em relação às demais regiões e porque detém uma elevada capacidade de atrair investimentos. Estes fatores contribuem decisivamente para que exista concentração econômica nessa região.

A Região Metropolitana de Salvador é a mais desenvolvida do Estado da Bahia sendo adensada pela presença de suporte comercial e de serviços, sobretudo em Salvador, sua capital, com infra-estrutura diferenciada em relação às demais regiões da Bahia. A RMS possui um percentual extremamente elevado dos investimentos da indústria baiana, em função da representatividade do setor petroquímico e do novo vetor de expansão metal-mecânico (ALCOFORADO, 2003, p. 257).

A RMS apesar de ser o principal foco de desenvolvimento econômico do estado, é também considerada uma área problema, uma vez que vem contribuindo para

ampliar as disparidades regionais dentro do estado da Bahia com a elevada capacidade que tem de atrair investimentos. De acordo com Alcoforado (2003), a concentração existente nessa região é produto também da ausência de eficazes políticas do governo na promoção da desconcentração econômica da Bahia.

A RMS — Região Metropolitana de Salvador concentra 70% da indústria de transformação da Bahia e é responsável por 35 a 40% do PIB estadual. Em se tratando dos fluxos comerciais é a região responsável por cerca de 80% das exportações para o Mercosul, considerando apenas os principais produtos e por cerca de 60% do total das exportações baianas. Além disso, é adensada pela presença de suporte comercial e de serviços para todo o Estado e até para outras regiões do Nordeste, cujo conjunto de atividades oferece cerca de 60% das vagas de trabalho no setor formal em todo o Estado (ALCOFORADO, 2003, p. 285).

O planejamento estadual no processo de industrialização, bem como a política de localização industrial desenvolvida também contribuiu decisivamente para que houvesse concentração econômica e de atividades industriais na RMS, ao passo que baseou suas ações no princípio de concentração espacial e conferiu a essa região as condições necessárias para tal fim.

Na prática o resultado da política de industrialização da Bahia, no período de 1950-1996, expressou-se por uma concentração de investimentos na Região Metropolitana de Salvador; na especialização do Estado na produção de intermediários, notadamente da química/petroquímica; na redução absoluta no número de empregos da indústria de transformação, no final da década de 90, e no insucesso da política de localização industrial induzida pelo governo do Estado, para os distritos (SPINOLA, 2003, p. 135).

Com efeito, Porto (2002) mostra que o período que vai de 1975 a 1985 foi o momento no qual a Bahia apresentou as mais elevadas taxas de crescimento do PIB, de modo que o maior crescimento se efetivou na Macrorregião de Salvador, que em 1975 representava mais de 60% da atividade econômica do estado e se ampliou para cerca de 73% em 1985. Segundo Cavalcante (2004), isso foi reflexo do extraordinário crescimento apresentado pelo município de Camaçari após o início das operações do Pólo Petroquímico.

Porto (2002) ainda destaca que em 1990 notou-se uma tendência a descentralização espacial dos fluxos socioeconômicos no estado da Bahia, de forma que as regiões localizadas no litoral⁵ diminuíram sua participação no período entre 1990 e 2000, que declinou de 70,85% para 66,77%. Nessa conjuntura, a RMS foi a

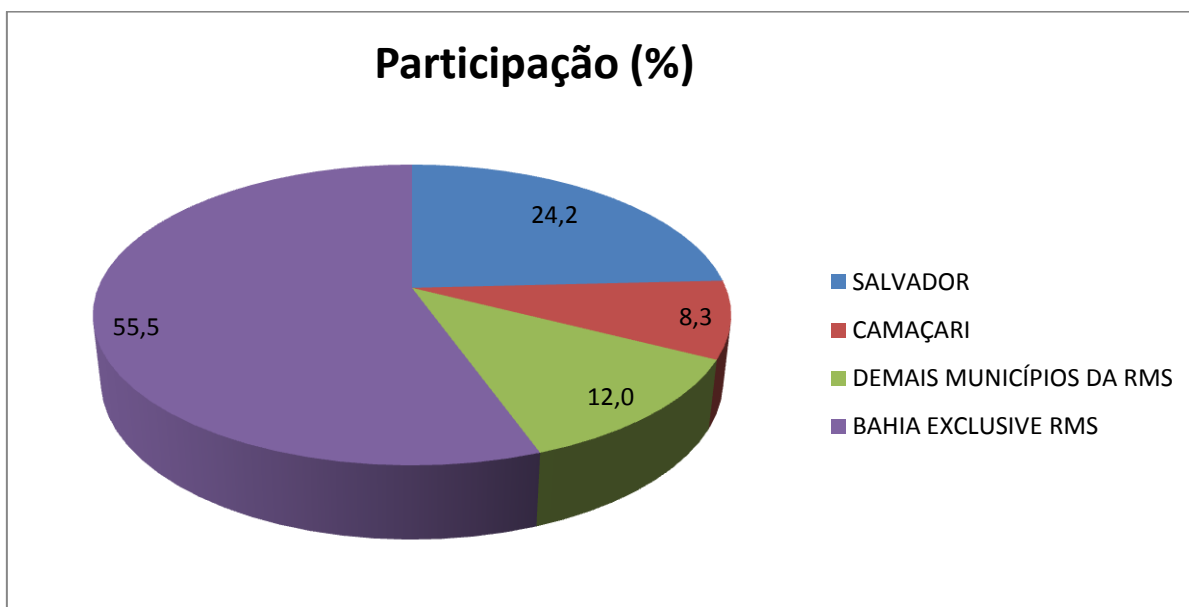
⁵ Macrorregião de Salvador, Cacaueira e Extremo Sul (PORTO, 2002).

que mais perdeu (cerca de 10%), enquanto que o Extremo Sul quase que dobrou a sua participação. As regiões Oeste e Norte da Bahia também aumentaram suas participações e, dessa forma, também são responsáveis por essa recente descentralização espacial no estado.

Na visão de Cavalcante (2004), apesar desse movimento que contribuiu para a desconcentração da atividade econômica na Bahia ser importante, seus impactos sobre as estatísticas de distribuição espacial são ainda bastante reduzidos, ou seja, a participação da RMS na economia estadual ainda se manteve bastante elevada.

O gráfico 2 mostra que em 2000 a RMS concentrava 44,5% da atividade econômica do estado da Bahia, sendo que apenas Salvador e Camaçari respondiam por cerca de 73% da economia regional.

Gráfico 2
Participação relativa da RMS na economia baiana, 2000



Fonte: CAVALCANTE, 2004.

Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2006, apenas 10 municípios detinham 52,48% da riqueza da Bahia, municípios estes todos

localizados na RMS. Essa pesquisa realizada em conjunto pelos dois institutos constatou que a riqueza na Bahia continua bastante concentrada na Região Metropolitana de Salvador. Os destaques de concentração industrial na Bahia, além de Salvador são as cidades de Camaçari, São Francisco do Conde e Simões Filho.

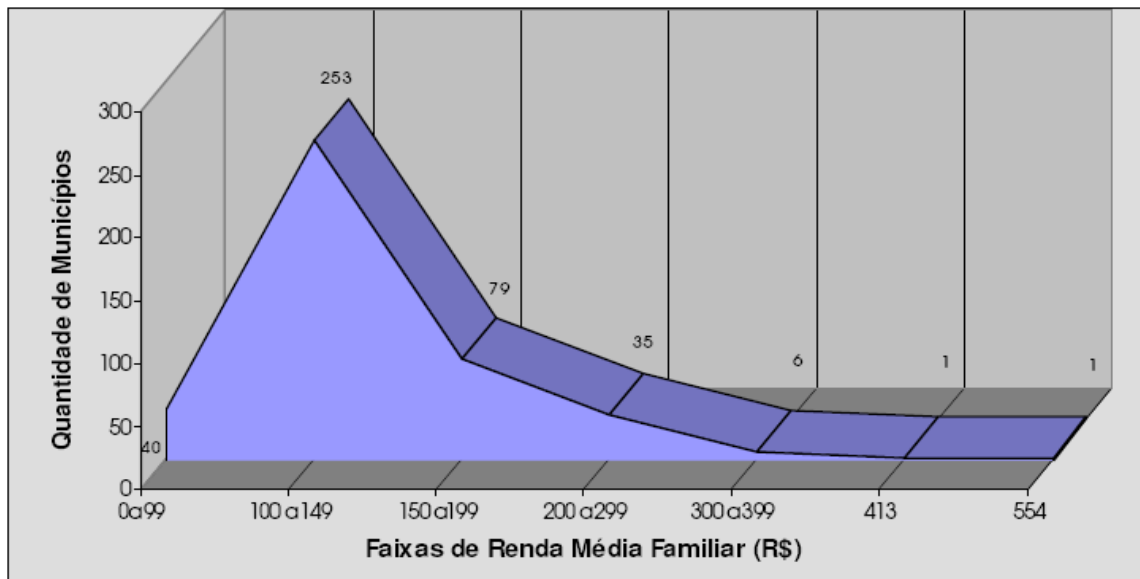
O indicador macroeconômico é importante porque serve como parâmetro analítico, podendo ser utilizado tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada na orientação de políticas e diretrizes, assim como de investimentos a serem realizados. Comparando-se, por exemplo, dados da última pesquisa, realizada em 1999 com os dados atuais, que têm como base o ano 2004, percebe-se ainda que houve um aumento da representatividade dos maiores municípios do estado, que passaram a representar 69,7% do total da riqueza produzida pelos 417 municípios baianos, enquanto antes esse percentual era de 61,22%. A lista de municípios prósperos inclui ainda Feira de Santana, Simões Filho, Candeias, Ilhéus, Catu, Dias d'Ávila, Itabuna, Vitória da Conquista, Paulo Afonso, Juazeiro, Barreiras, Alagoinhas, Mucuri, Pojuca, Jequié, Lauro de Freitas e Luís Eduardo Magalhães (IBGE; SEI, 2006).

Essa concentração de dinamismo gerado na RMS aprofundou ainda mais os desníveis regionais na Bahia e com a intenção de mensurar as desigualdades regionais no estado Fernando Alcoforado (2003) utilizou os seguintes indicadores: a) renda média familiar por município; b) arrecadação municipal per capita; c) participação do município no PIB da Bahia.

De acordo com os dados do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM, 1996), apresentado no gráfico 3, somente 43 municípios baianos no universo de 415⁶ tem renda média superior a R\$ 200/família e apenas o município de Salvador apresenta renda superior a R\$ 500/família.

⁶ Atualmente o estado da Bahia é composto por 417 municípios (IBGE, 2008).

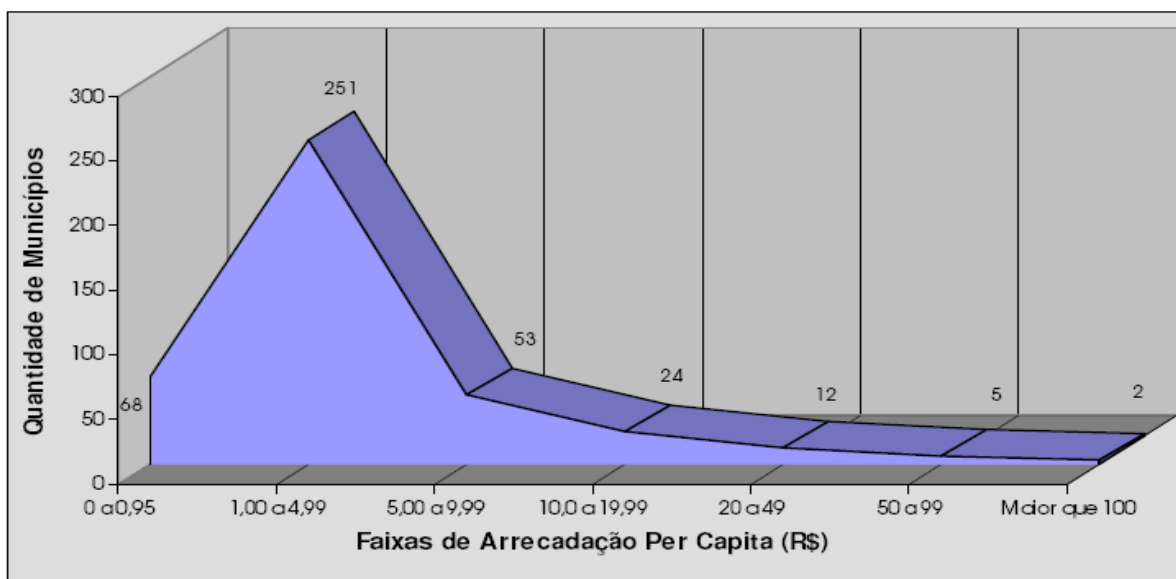
Gráfico 3
Renda Média Familiar – Bahia 1996



Fonte: Tribunal de Contas do Município (1996 APUD, ALCOFORADO 2003).

Em relação à arrecadação municipal per capita verifica-se que apenas 19 municípios no universo de 415 têm arrecadação per capita superior a R\$ 20/habitante e que apenas um (São Francisco do Conde) supera R\$ 120/habitante. O gráfico 4 evidencia esse fato.

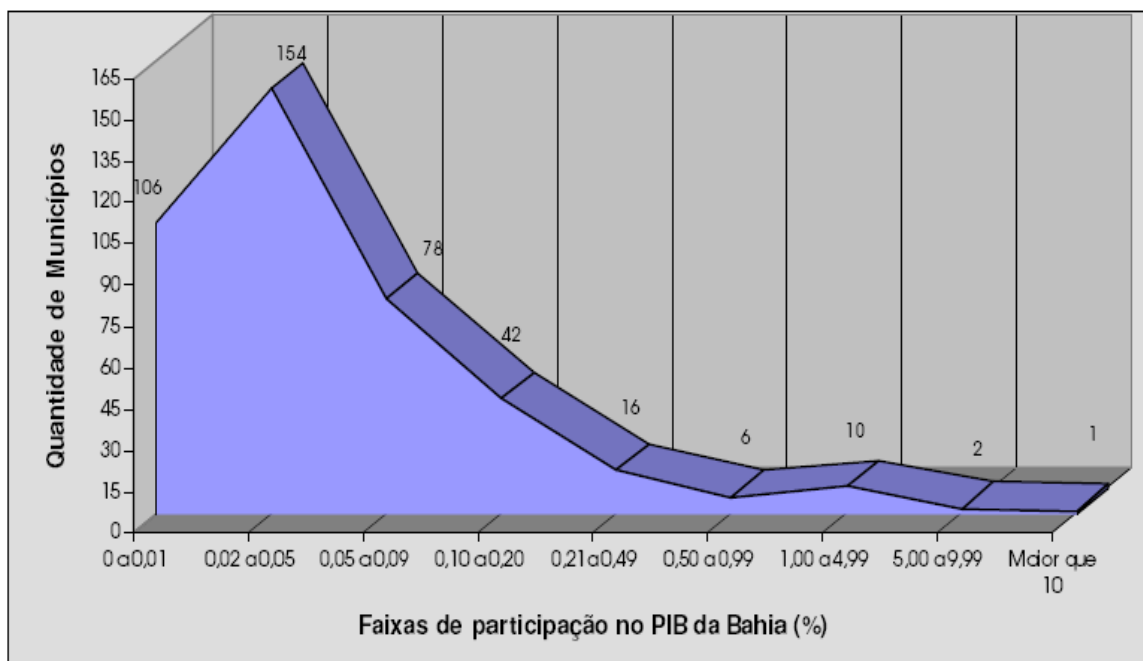
Gráfico 4
Arrecadação Municipal Per Capita



Fonte: Tribunal de Contas do Município (1996 APUD, ALCOFORADO 2003).

Ao se analisar a participação do município no PIB da Bahia, exposto no gráfico 5 percebe-se que apenas três municípios têm uma participação superior a 5% e que apenas Salvador tem uma participação entre 35 e 40% do PIB.

Gráfico 5
Participação do PIB da Bahia – 1996



Fonte: Tribunal de Contas do Município (1996 APUD, ALCOFORADO 2003)

Fonseca (2001 apud Alcoforado, 2003) constata que Salvador, São Francisco do Conde, Camaçari, Feira de Santana e Simões Filho conseguiram arrecadar, em Dezembro de 2001, R\$ 280.149.811,17 em impostos e tributos estaduais. A maior parte da arrecadação foi de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), representando, no total, mais de 60% de tudo o que a Bahia conseguiu arrecadar de recursos próprios no final de 2001, que foi de R\$ 382.386.027,14.

Na visão de Alcoforado (2003) o retrato das disparidades regionais no Estado da Bahia pode ser retratado na tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação dos cinco municípios mais ricos e dos 16 mais pobres - Bahia - Dez/2001

MUNICÍPIOS	ARRECADAÇÃO	
	(R\$)	(%)
ARRECADAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	444.363.673,27	100,0000%
OS CINCO MUNICÍPIOS MAIS RICOS	280.149.811,17	63,0452%
SALVADOR	133.309.101,98	30,0000%
SÃO FRANCISCO DO CONDE	94.444.266,17	21,2538%
CAMAÇARI	29.762.208,71	6,6977%
FEIRA DE SANTANA	11.413.888,91	2,5686%
SIMÕES FILHO	11.220.345,40	2,5250%
OS 16 MUNICÍPIOS MAIS POBRES	8.812,63	0,0020%
CATURAMA	879,90	0,0002%
CAETANOS	806,40	0,0002%
ALMADINA	796,93	0,0002%
MASIDÃO	757,15	0,0002%
LAFAIETE COUTINHO	673,99	0,0002%
GUAJERU	673,03	0,0002%
MIRANTE	574,96	0,0001%
ITANAGRA	574,78	0,0001%
AIAQUARA	554,34	0,0001%
BOM JESUS DA SERRA	522,78	0,0001%
DOM MACEDO COSTA	483,90	0,0001%
GAVIÃO	468,57	0,0001%
SANTANÓPOLIS	376,19	0,0001%
BARRA DO ROCHA	300,85	0,0001%
CATOLÂNDIA	186,74	0,0000%
LAJEDÃO	182,12	0,0000%

Fonte: Governo do Estado da Bahia. SEFAZ, 2001.

Pela análise da tabela 4, percebe-se que em Dezembro de 2001, apenas o município de Salvador concentrava 30% da arrecadação do Estado e que os cinco⁷ municípios mais ricos do estado pertencem todos à Região Metropolitana de Salvador, exceto o município de Feira de Santana. Esses dados expressam como de fato existe uma profunda desigualdade regional na Bahia.

⁷ Salvador, São Francisco do Conde, Camaçari, Simões Filho e Feira de Santana (SEFAZ, 2001).

Tabela 5 - Arrecadação dos cinco municípios mais ricos e dos 16 mais pobres - Bahia - Dez/2007

MUNICÍPIOS	ARRECADAÇÃO	
	(R\$)	(%)
ARRECADAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS	873.397.451,94	100,0000%
OS CINCO MUNICÍPIOS MAIS RICOS	625.638.491,96	71,6327%
SALVADOR	311.693.821,73	35,6875%
SÃO FRANCISCO DO CONDE	193.261.350,40	22,1275%
CAMAÇARI	50.426.200,59	5,7736%
SIMÕES FILHO	40.923.453,68	4,6855%
FEIRA DE SANTANA	29.333.665,56	3,3586%
OS 16 MUNICÍPIOS MAIS POBRES	29.355,77	0,0034%
VARZEDO	2.555,89	0,0003%
IPECAETA	2.424,49	0,0003%
NOVA IBIA	2.339,69	0,0003%
NOVA REDENÇÃO	2.271,52	0,0003%
CONTENDAS DO SINCORA	2.232,65	0,0003%
CALDEIRÃO GRANDE	2.125,59	0,0002%
GAVIÃO	2.074,44	0,0002%
LAMARÃO	2.027,92	0,0002%
SANTANÓPOLIS	2.026,08	0,0002%
JUCURUCU	2.004,09	0,0002%
BOM JESUS DA SERRA	1.902,06	0,0002%
JANDEIRA	1.764,27	0,0002%
ITANAGRA	1.217,98	0,0001%
LAFAIETE COUTINHO	1.071,69	0,0001%
PEDRÃO	910,50	0,0001%
LAJEDINHO	406,91	0,0000%

FONTE: Governo do Estado da Bahia. SEFAZ, 2007.

Pelos dados apresentados pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) em 2007, observa-se que não houve praticamente nenhuma mobilidade entre os cinco municípios mais ricos do estado. A única diferença é que em dezembro de 2001, Feira de Santana era o quarto município com maior arrecadação e em 2007 perdeu a posição para o município de Simões Filho. Entre os dezesseis municípios mais pobres houve algumas mudanças que são claramente perceptíveis na tabela.

Em 2001 os cinco municípios mais ricos da Bahia agregavam mais de 63% de toda arrecadação do Estado. Em 2007 essa concentração sobe para 71,6%, o que já nos permite afirmar que há de fato uma concentração econômica muito acentuada na Bahia e que as desigualdades regionais dentro do estado são bastante evidentes. É importante frisar também que apenas Salvador arrecadou 311.693.821,73, o equivalente a, aproximadamente, 35,7% do total arrecadado pelo estado.

Essa dinâmica de concentração econômica na Bahia já é de longa data. Desde o início do processo de industrialização da economia baiana já é possível perceber certo movimento de concentração espacial, exemplo disso são os empreendimentos que foram realizados a partir da década de 1950 na RMS.

Em 1960, já se configurava na Bahia uma importante diferenciação regional, historicamente constituída, com expressivos desequilíbrios, entre Salvador (a metrópole portuária, comercial e político-administrativa) e as demais unidades urbano-regionais do estado, bem menos expressivas, sem contar com a região cacauzeira. Mas era um complexo diferenciado bem tradicional, já que o moderno setor industrial não existia, à exceção da Refinaria Landolfo Alves, inaugurada em setembro de 1950 nas proximidades de Salvador. A exploração de petróleo no Recôncavo cresce na década de 50 como resultado das atividades da Petrobras, o que também irá reforçar a posição de Salvador. No ano de 2000, como decorrência da planejada industrialização seletiva (química-petroquímica e metalurgia) e bastante concentrada (Região Metropolitana de Salvador), o quadro será bastante diferente (BANDEIRA, 2004, p. 207).

De acordo com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), em 2000 o Eixo Metropolitano era responsável por 49,8% do montante de investimentos, distribuídos entre 135 projetos, o que correspondeu, na época, a 44% do total de empreendimentos considerados. Este fato mais uma vez demonstra como, através da política de industrialização, se consolidou o processo de concentração econômica na Bahia.

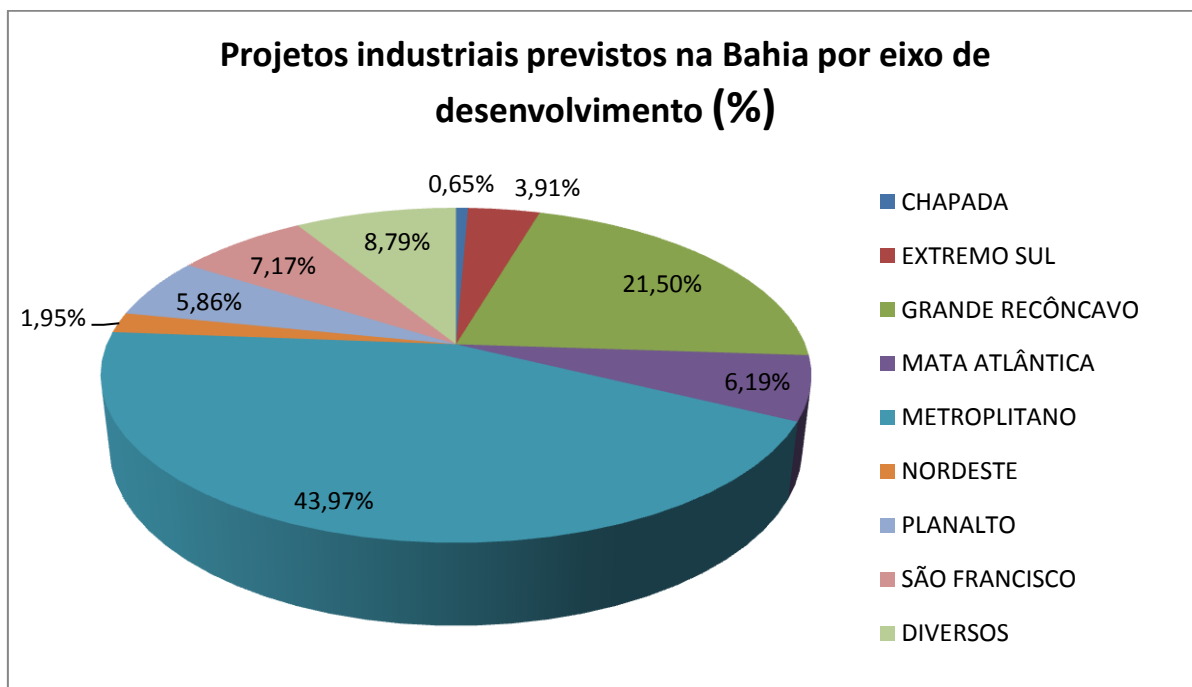
Essas informações estão expressas na tabela 6 e nos gráficos 6 e 7. Os gráficos 6 e 7 ilustram, respectivamente, a distribuição percentual de projetos e investimentos industriais por eixo de desenvolvimento.

Tabela 6 – Investimentos industriais previstos na Bahia por eixo de desenvolvimento – 2000

EIXO	PROJETOS	PROJETOS (%)	INVESTIMENTOS (R\$)	INVESTIMENTOS (%)
CHAPADA	2	0,65%	148.500	1,39%
EXTREMO SUL	12	3,91%	2.116.394	19,85%
GRANDE RECÔNCAVO	66	21,50%	1.065.763	10,00%
MATA ATLÂNTICA	19	6,19%	366.811	3,44%
METROPLITANO	135	43,97%	5.308.037	49,79%
NORDESTE	6	1,95%	51.442	0,48%
PLANALTO	18	5,86%	176.711	1,66%
SÃO FRANCISCO	22	7,17%	326.777	3,07%
DIVERSOS	27	8,79%	1.100.999	10,33%
TOTAL	307	100,00%	10.661.434	100,00%

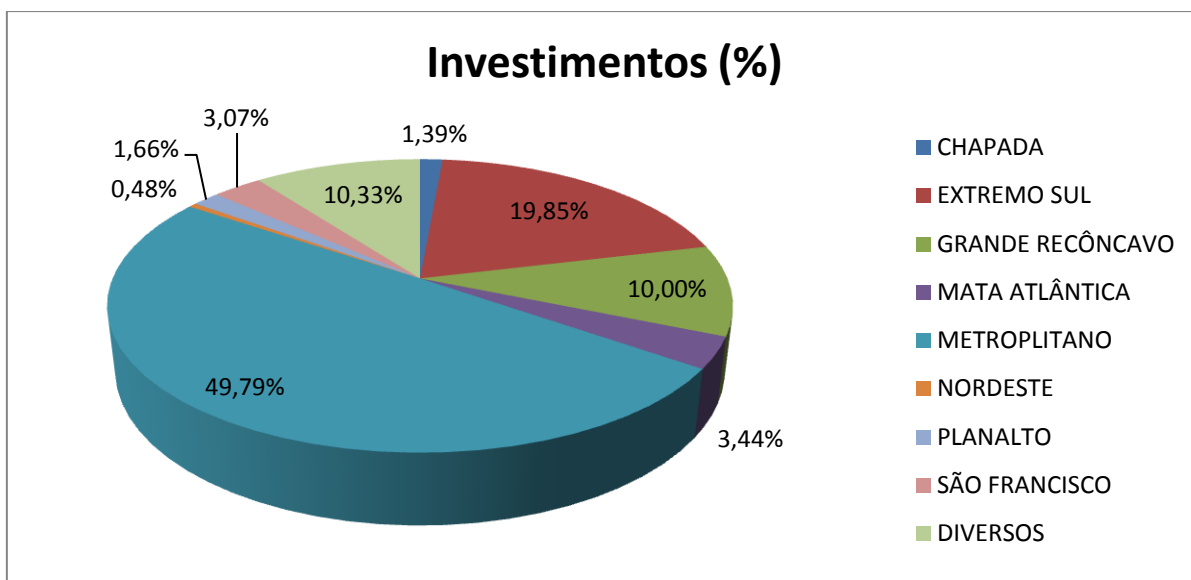
Fonte: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000.

Gráfico 6



Fonte: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000.

Gráfico 7



Fonte: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 2000.

Com base nos dados de 2005, disponibilizados pela Secretaria da Indústria e do Comércio percebe-se que essa questão verificada pela SEPLANTEC em 2000 apresenta ainda uma tendência de concentração dos projetos e investimentos industriais na RMS. Isso demonstra como é forte a centralização econômica na RMS, uma vez que concentra parcela substancial do PIB da Bahia.

Tabela 7 - Investimentos industriais previstos para a Bahia por eixo de desenvolvimento, 2005 - 2009

EIXO	PROJETOS	PROJETOS (%)	VOLUME (R\$ 1.000)	VOLUME (%)
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	5	1,44%	15.241	0,09%
CHAPADA NORTE	10	2,87%	95.074	0,58%
CHAPADA SUL	4	1,15%	14.595	0,09%
EXTREMO SUL	9	2,59%	3.895.520	23,89%
GRANDE RECÔNCAVO	66	18,97%	1.770.825	10,86%
MATA ATLÂNTICA	23	6,61%	213.396	1,31%
METROPOLITANO	191	54,89%	9.069.503	55,62%
NORDESTE	7	2,01%	128.607	0,79%
OESTE DO SÃO FRANCISCO	3	0,86%	176.700	1,08%
PLANALTO CENTRAL	1	0,29%	292.103	1,79%
PLANALTO SUDOESTE	21	6,03%	169.319	1,04%
A DEFINIR	8	2,30%	464.371	2,85%
TOTAL	348	100,00%	16.305.254	100,00%

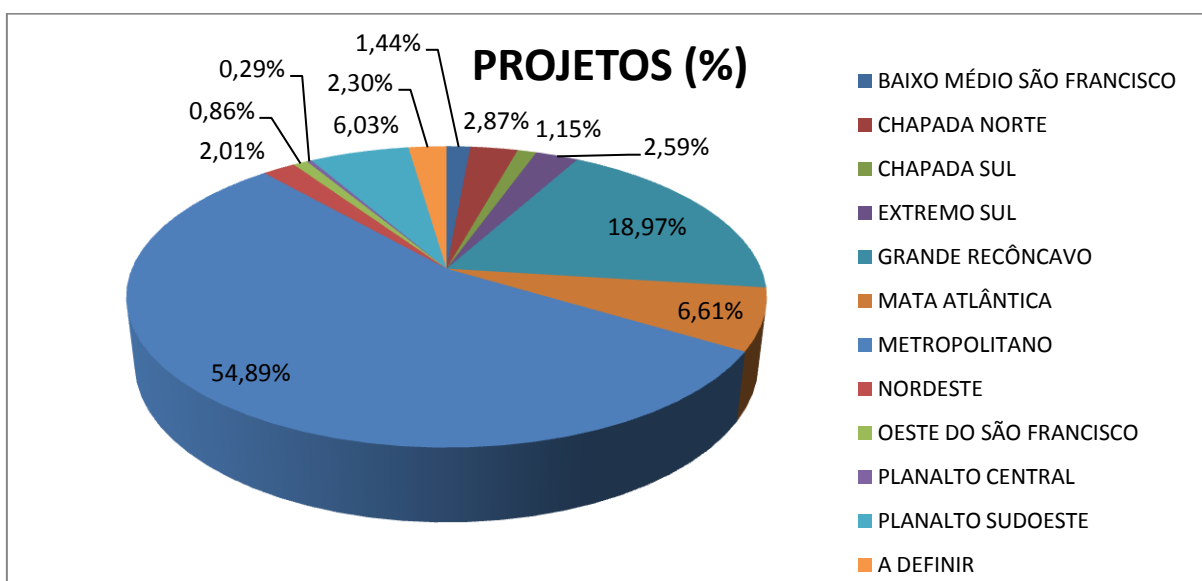
Fonte: SICM

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/09/05.

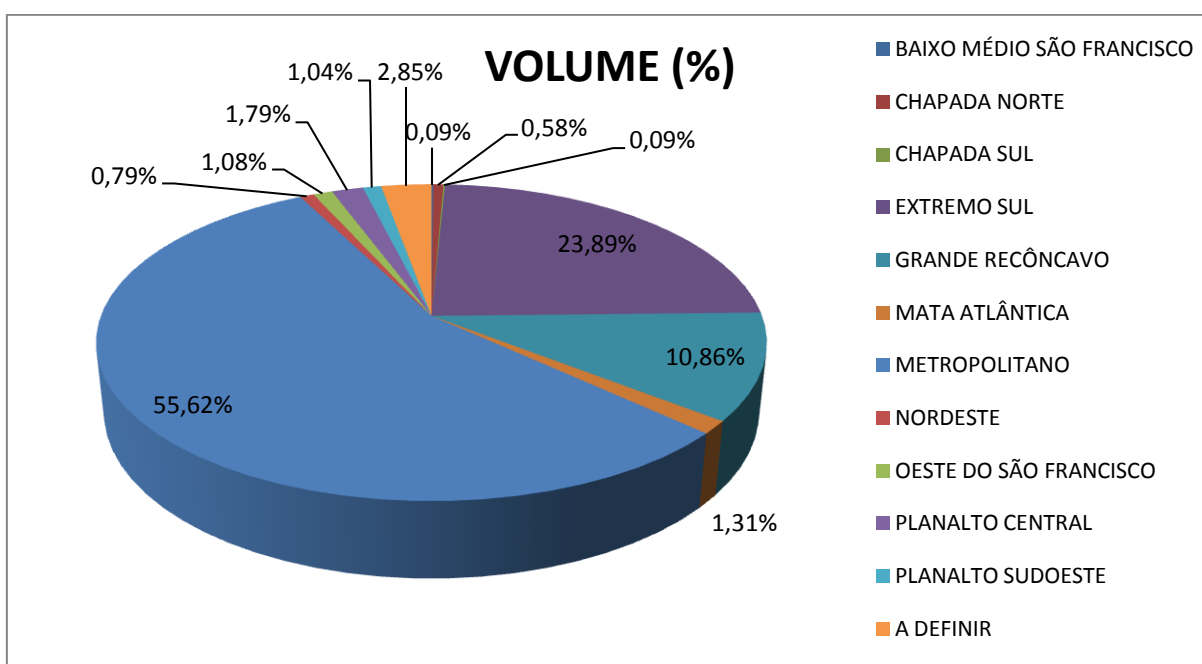
De acordo com a tabela 7, apresentada acima, percebe-se que a RMS responde por 54,89% dos projetos industriais previstos para a Bahia entre os anos de 2005 e 2009 e que o volume de investimentos direcionados para essa região representa 55,62% do total previsto para o estado. Fora do Eixo Metropolitano, em se tratando do montante de recursos, se destacam o Extremo Sul (23,89%) e o Grande Recôncavo (10,86%). Os gráficos 8 e 9 ilustram esse fato.

Gráfico 8



Fonte: SICM, 2005.

Gráfico 9



Fonte: SICM, 2005.

Tabela 8 - Investimentos industriais previstos para a Bahia por eixo de desenvolvimento, 2006 - 2010

EIXO	PROJETOS	PROJETOS (%)	VOLUME (R\$ 1.000)	VOLUME (%)
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	8	1,73%	97.684	0,54%
CENTRO LESTE DO SÃO FRANCISCO	2	0,43%	22.193	0,12%
CHAPADA NORTE	9	1,94%	180.608	1,01%
CHAPADA SUL	6	1,30%	16.730	0,09%
EXTREMO SUL	13	2,81%	4.099.546	22,83%
GRANDE RECÔNCAVO	67	14,47%	1.580.110	8,80%
MATA ATLÂNTICA	53	11,45%	402.877	2,24%
MÉDIO SÃO FRANCISCO	1	0,22%	2.300	0,01%
METROPOLITANO	248	53,56%	10.160.120	56,57%
NORDESTE	8	1,73%	131.951	0,73%
OESTE DO SÃO FRANCISCO	7	1,51%	300.048	1,67%
PLANALTO CENTRAL	1	0,22%	292.103	1,63%
PLANALTO SUDOESTE	31	6,70%	191.845	1,07%
A DEFINIR	9	1,94%	480.801	2,68%
TOTAL	463	100,00%	17.958.916	100,00%

Fonte: SICM

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/01/06.

A tabela 8, apresentada acima, revela novamente a manutenção da tendência de concentração de projetos (53,56%) e investimentos (56,57%) no Eixo Metropolitano. Essas informações revelam que as condições que foram criadas pela política de localização industrial durante o processo de industrialização do estado da Bahia teve papel de suma importância na consolidação da concentração econômica espacial.

Pelo fato de possuir concentração industrial em seu território a RMS acabou concentrando o PIB estadual, uma vez que os incentivos fiscais e financeiros direcionaram empreendimentos de alto valor agregado para essa região. Essa concentração fica bastante clara na tabela 9, apresentada a seguir. A tabela mostra que entre 2002 e 2005 a RMS apresentou taxas de concentração econômica do PIB que se mantiveram estáveis em torno de 50%, revelando também a pequena participação das demais regiões econômicas do estado.

Tabela 9 – Concentração econômica do PIB estadual na RMS - Bahia - 2002 - 2005

REGIÕES ECONÔMICAS	2002	2003	2004	2005
METROPOLITANO DE SALVADOR	50,3	49,1	49,7	50,5
LITORAL NORTE	4,0	4,0	4,1	4,3
RECÔNCAVO SUL	2,8	2,8	2,7	2,8
LITORAL SUL	7,1	7,0	6,7	6,6
EXTREMO SUL	4,7	4,9	4,8	4,8
NORDESTE	4,8	5,0	4,7	4,4
PARAGUAÇU	6,0	6,2	5,8	6,2
SUDOESTE	5,2	5,3	5,2	5,5
BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO	2,6	2,4	2,3	2,2
PIEMONTE DA DIAMANTINA	1,8	2,0	2,0	1,9
IRECÊ	1,2	1,2	1,2	1,1
CHAPADA DIAMANTINA	1,6	1,7	1,6	1,6
SERRA GERAL	1,9	1,9	1,8	1,9
MÉDIO SÃO FRANCISCO	1,3	1,3	1,2	1,1
OESTE	4,5	5,2	6,1	5,2
ESTADO DA BAHIA	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI/IBGE APUD PESSOTI E SAMPAIO, 2009.

Pessoti e Sampaio (2009) afirmam que existia uma preocupação por parte do governo estadual na tentativa de promover uma desconcentração econômica na Bahia através do processo de interiorização industrial. No entanto, o interior do estado está inserido num contexto de infra-estrutura deficiente e nessa perspectiva não foi viável um processo mais intenso de descentralização econômica. Manteve-se assim o quadro de excessiva concentração econômica.

Apesar disso, é significativa a concentração econômica da atividade industrial da Bahia, e nem mesmo esses mais de R\$ 37 bilhões aplicados pelo Programa Desenvolve até 2006 foram capazes de reverter essa tendência. Esse processo se manifesta tanto na atividade setorial, com o predomínio da indústria química na dinamização da economia baiana, quanto espacialmente (tautologia), com a Região Metropolitana de Salvador representando quase 76% do total dos investimentos industriais realizados na Bahia entre 2000 e 2006 (PESSOTI; SAMPAIO, 2009, p. 64).

Essa concentração dos investimentos industriais realizados na Bahia entre 2000 e 2006 está ilustrada no gráfico 10, revelando que as demais regiões econômicas do estado agregam um percentual irrisório dos investimentos industriais realizados, em comparação com o montante aglomerado na região metropolitana.

Gráfico 10



Fonte: PESSOTI E SAMPAIO, 2009.

É de fato muito importante a preocupação do governo do estado na tentativa de promover uma desconcentração econômica, contudo, Pessoti e Sampaio mostram que os resultados ficaram aquém do esperado, pois a política de desconcentração se deu de forma difusa e assim não conseguiu obter economias de aglomeração e de escala. O primeiro tópico do presente capítulo relatou de modo sucinto alguns planos e programas do governo estadual que evidenciam a intenção, em determinados momentos, de promover a interiorização do desenvolvimento industrial, mas que sempre acabava frustrado e não conseguia atingir o objetivo proposto.

Dessa forma, à medida que as políticas públicas, através do governo do estado, foram concedendo incentivos fiscais e realizando investimentos na infraestrutura e na atividade industrial da RMS foram promovendo concentração da atividade industrial na região o que conseqüentemente aprofundou as desigualdades regionais na Bahia tornando a RMS uma região mais desenvolvida e mais importante, economicamente falando, do que as demais regiões do estado.

Em relação à estratégia de desenvolvimento pode-se afirmar que contribuiu bastante para a concentração econômica no estado pelo fato de ter “monopolizado” empreendimentos em atividades industriais na RMS. Após ter concentrado as

atividades industriais na RMS o Estado passou a planejar os distritos industriais do interior com o intuito de descentralizar a indústria.

Assim, na busca de interiorização do desenvolvimento, através da política de localização industrial, o governo usa o distrito industrial como instrumento para atrair indústrias dentro de uma nova estratégia de desconcentração industrial. Os distritos industriais, nessa perspectiva são planejados como estratégia de atenuar os desequilíbrios regionais na Bahia.

O planejamento dos DI do interior ocorreu em sequência ao planejamento da industrialização de base e intermediária, concentrada na RMS. Após a criação do CIA, o governo buscou estabelecer as condições para descentralizar o crescimento da indústria no contexto da economia do Estado, visando interiorizar as atividades industriais e orientar o ordenamento do espaço urbano de municípios que, segundo seu entendimento, apresentavam potencial para a indústria (SPINOLA, 2003, p. 203).

Percebe-se, então, que após ter concentrado a atividade industrial na RMS o Estado passou a trabalhar no planejamento dos distritos industriais com o intuito de reverter o problema criado com a política de industrialização na Bahia. No entanto os resultados desta nova política de localização industrial não obtiveram os resultados esperados.

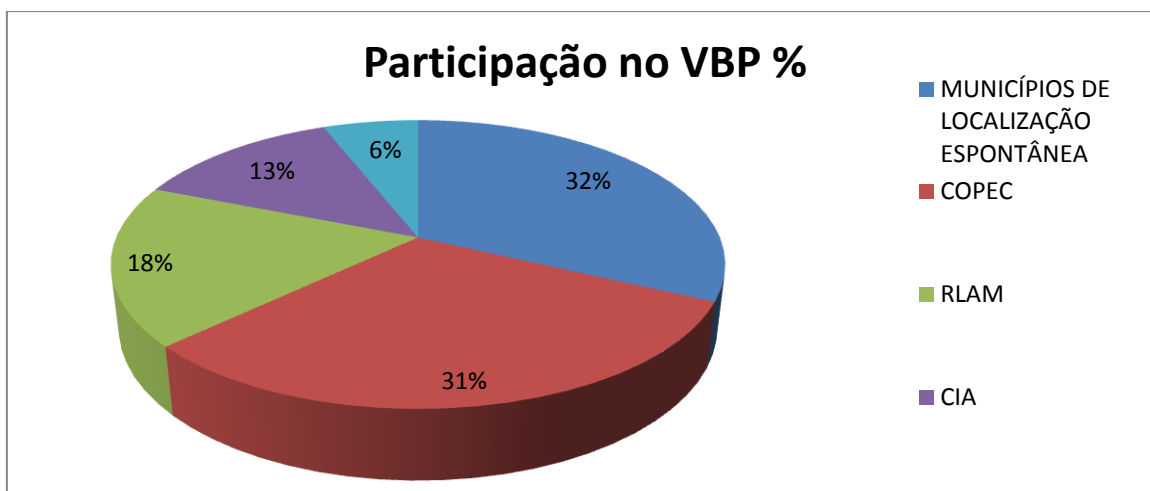
Tabela 10 - Bahia – Participação espacial na formação do Valor Bruto da Produção (1980)⁸

ÁREA	PARTICIPAÇÃO NO VBP %
MUNICÍPIOS DE LOCALIZAÇÃO ESPONTÂNEA	32%
COPEC	31%
RLAM	18%
CIA	13%
DI DO INTERIOR	6%
TOTAL	100%

Fonte: SPINOLA, 2003.

⁸ Inexistem dados desagregados para os anos da década de 1990.

Gráfico 11



Fonte: SPINOLA, 2003.

Os dados apresentados na tabela 10 nos mostram que a participação dos distritos industriais implantados no interior foi de pouca relevância. Dessa forma é fácil perceber que a política de localização industrial não produziu os resultados esperados, ou seja, a expectativa era que com a implantação dos distritos industriais no interior houvesse uma desconcentração industrial no estado, que não ocorreu.

[...] as empresas instaladas espontaneamente nos diversos municípios do Estado ignoraram ou não foram atraídas pelas externalidades oferecidas pelos distritos industriais que, no interior, apresentaram uma contribuição modesta (6%) à formação do VBP (SPINOLA, 2003, p. 300).

É importante destacar que a concentração espacial também se manifesta nas taxas de participação da RMS na produção baiana que, segundo Uderman (2007), se elevou de 60% em 1975 para 67% em 1985. Cabe ainda destacar que em 1980 o CIA, o COPEC e a RLAM participavam, respectivamente, com 13%, 31% e 18% totalizando 62% do valor bruto da produção estadual (UDERMAN, 2007, p. 11).

A projeção desses valores para a atualidade não deve revelar diferenças significativas, haja vista que a crise econômica dos anos 1980/1990 reduziu o impulso das atividades de alguns segmentos dinâmicos e desmantelou os distritos do interior, no entanto, é importante destacar que a criação dos distritos industriais do interior na Bahia foi uma iniciativa positiva, partindo-se do princípio que visava à desconcentração industrial, contudo, não obteve êxito e não conseguiu atrair micro e pequenos empresários.

A racionalidade da política de distritos industriais se consubstanciava na ideia de pólos de crescimento, ou seja, a expectativa era que com a instalação dos distritos do interior empresas fossem atraídas, através de incentivos fiscais e concessão de infraestrutura básica, com o objetivo de promover concentração industrial e dessa forma gerar economias de escala, de aglomeração, eficiência produtiva e efeitos multiplicadores que fossem irradiados às demais regiões.

Muitos fatores contribuíram para o insucesso da estratégia dos distritos industriais como política de desenvolvimento e desconcentração industrial. Dentre esses fatores o que exerceu influência determinante está relacionado à situação infraestrutural dos distritos, de modo a evidenciar a fragilidade das vantagens competitivas oferecidas pelas cidades escolhidas para a instalação dos distritos.

Com uma infraestrutura bastante deficiente não era necessário apenas oferecer incentivos fiscais, uma vez que não havia mínima infraestrutura que pudesse ser utilizada. É nessa linha de pensamento que Spinola (2003) mostra que a infraestrutura básica prevista em água, energia elétrica, esgotos e efluentes industriais, saneamento básico, entre outros, estava totalmente dependente de ampliações projetadas para os sistemas urbanos em operação, o que demonstra a distância da realidade econômica ideal para atrair competitivas unidades industriais.

CONSIDERAÇÕES

Na década de 1950, começou a ser montado no estado da Bahia, um sistema de planejamento estadual pioneiro no Brasil, cujos trabalhos tiveram repercussões significativas para o desenvolvimento baiano no período subsequente. Articulado com órgãos federais de desenvolvimento regional, esse sistema, através da elaboração de estudos técnicos e planos direcionou ações públicas, que por sua vez, estimularam a constituição de um relevante pólo industrial na Região Metropolitana de Salvador.

Nessa conjuntura, as políticas formuladas até o fim da década de 1970 tiveram como fundamento o conceito de pólos de crescimento, apoiando-se na implantação concentrada de indústrias que promovesse economias de escala e aglomeração e que funcionasse como indutores de crescimento para as demais localidades. A criação do Centro Industrial de Aratu (1960) e do Pólo Petroquímico de Camaçari (1970) são alguns dos marcos do processo de industrialização estadual, que originou uma estrutura empresarial, fundamentalmente produtora de bens intermediários e espacialmente concentrada na RMS.

Nos anos 1980, o desmantelamento do Estado nacional, o enfraquecimento dos órgãos de desenvolvimento regional e as dificuldades enfrentadas pelo sistema de planejamento estadual afetaram a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas. A crise econômica, enfrentada nesse período, implicava na necessidade de contenção dos gastos públicos, reduzindo os investimentos que vinham colaborando para o progresso industrial e gerava questionamentos em relação aos mecanismos de fomento das atividades industriais e das estratégias de industrialização, que tinham por base os incentivos fiscais e financeiros e o princípio da concentração. A partir daí observa-se um declínio da importância conferida a função do planejamento.

No início dos anos 1990, as tentativas de promover a reestruturação e o fortalecimento do planejamento estadual e a recuperação das finanças estaduais

ganharam posições de destaque nesse contexto. Numa conjuntura marcada pela fragilização das instituições federais de desenvolvimento regional, desencadeou-se um movimento de intensa competição interestadual pela atração de novos empreendimentos, baseado na concessão de incentivos fiscais (guerra fiscal), de modo que a Bahia se destacou nesse processo e foi capaz de atrair grandes investimentos para o seu território, dentre os quais se destaca o Complexo Automotivo Ford Nordeste, que se localizou em Camaçari, na RMS.

Percebe-se assim que os principais instrumentos usados pelo Estado no planejamento da industrialização na Bahia foram as políticas de incentivos fiscais e financeiros e a construção dos distritos industriais. A concepção teórica da criação dos distritos industriais estava embasada na constituição de “pólos de crescimento”, na acepção original dada por François Perroux, como conjuntos industriais interdependentes, em que a concentração dos efeitos dinâmicos dos investimentos produziria benefícios coletivos que seriam irradiados para as demais regiões da Bahia.

Essa estratégia de industrialização e desenvolvimento concentrou investimentos na Região Metropolitana de Salvador, haja vista que a partir da política de localização industrial essa região obteve uma infraestrutura diferenciada e com a política de incentivos fiscais atraiu empresas de porte, tornando-a a mais desenvolvida do estado.

Após promover concentração econômica excessiva na RMS buscou-se, através de um processo de interiorização industrial (a partir da década de 1970), promover uma dinâmica de desconcentração econômica a partir dos distritos do interior. No entanto, os distritos industriais do interior, apesar de terem gerado emprego, não conseguiram atingir o objetivo para o qual foram planejados e “fracassaram”.

Com uma infraestrutura deficiente e com a atração de empresas que não apresentavam complementaridade alguma, os municípios onde foram instalados os distritos industriais não conseguiram gerar economias de escala e de aglomeração e, portanto não conseguiram reverter o processo de concentração econômica e reduzir os desequilíbrios regionais.

Spinola (2003) destaca que, do ponto de vista espacial, observa-se que a definição locacional dos distritos industriais fundamentou-se muito mais na análise da hierarquia urbana (Christaller) do que na ocorrência de efetivas possibilidades econômicas e de industrialização. Como a rede urbana do estado da Bahia era, e ainda é marcada pela macrocefalia da RMS, a infraestrutura urbana, o volume demográfico e o nível de renda que preponderava nas “cidades médias” do interior não apresentavam capacidade para viabilizar os distritos industriais, o que contribuiu para que o processo de desconcentração e interiorização industrial não avançasse.

Por conseguinte, a opção pela criação de pólos de desenvolvimento, que se baseou na construção de distritos industriais na RMS e no interior se constituiu numa política ineficaz, como mostra o insucesso da concepção do Complexo Petroquímico de Camaçari como um pólo.

Os planos desenvolvidos pelo Estado da Bahia desde 1950 direcionaram investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e financeiros, que atraíram grandes empreendimentos para o estado, de forma que é notório que a referência geográfica de localização desses era a RMS. A racionalidade desses planos se consubstanciava na ideia de promover concentração e aglomeração de atividades econômicas nos locais que tivessem maior capacidade e melhores condições (em recursos humanos, recursos naturais, mercados, infraestrutura, logística, entre outras) para recebê-los, de modo que a região que se encaixava nesses moldes era a RMS.

É verdade que em alguns planos se tentou promover um movimento de desconcentração, mas que acabava sempre mantendo a tendência de localização na área metropolitana. Dessa forma, a política de localização industrial desenvolvida ao longo do processo de industrialização da Bahia engendrou uma economia que ainda permanece bastante concentrada, o que responde o problema que suscitou essa pesquisa e confirma a hipótese que guiou o desenvolvimento do presente trabalho.

Sendo assim, Alcoforado (2003) afirma que as políticas postas em prática pelo governo do estado da Bahia não conseguiram evitar a excessiva concentração

econômica na RMS, bem como não foram capazes de incrementar seus pólos de crescimento e desenvolvimento (distritos da RMS e distritos do interior) e não lograram mitigar os desníveis regionais existentes.

É nessa perspectiva que se buscou mostrar que o planejamento econômico e a política governamental desenvolvida na Bahia, a partir da década de 1950, somente contribuíram para intensificar a tendência de concentração de dinamismo na RMS.

É importante frisar que parte do insucesso da política de industrialização da Bahia deve-se também ao processo de industrialização tardia e concentrada na região Sudeste ao qual o Brasil foi submetido.

Diversos autores, a exemplo de (PESSOTI; PESSOTI, 2008) defendem que a melhor estratégia, dentro de um projeto que vise melhorar a distribuição espacial da estrutura produtiva da Bahia, seria a formação de centros econômicos regionais, com base na ideia da “desconcentração concentrada”, que possibilitassem economias de aglomeração e de escala, amplificando os efeitos dinâmicos, consolidando um novo vetor de crescimento e reduzindo dessa forma as disparidades regionais no estado. Além de pensar em outras alternativas de efetiva interiorização do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALBAN, Marcus. **O Novo Enigma Baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR. Salvador, 2005.

ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2003. Tese – Curso de Doctorado en planificación territorial y desarrollo regional, Universidade de Barcelona, 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**. Junho de 2004.

AVENA, Armando (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002.

AZZONI, Carlos Roberto. Evolução das teorias de localização da atividade econômica. In: LONGO, Carlos Alberto; RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini (orgs.). **Economia Urbana: Localização e relações intersetoriais**. São Paulo, IPE-USP, 1982.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. **Trinta anos da indústria, comércio e turismo na Bahia – 1996** – Salvador: IPA/UNIFACS, 1997.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin (Org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo, 3ª edição, 1985.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de & AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. Tempo Social; **Revista de Sociologia USP**, São Paulo, 13(2): 89-114, novembro de 2001.

CARVALHO, José Francisco. A consolidação institucional do planejamento na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.12, n.2, p. 7-13, setembro 2002.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Economia baiana: Configuração estrutural e desempenho recente. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, nº 1, jan-mar. 2004.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Produção teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização**. Salvador: UFBA. (NPGA), 2002.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e desenvolvimento regional** / Ademir Clemente, Hermes Y, Higachi. – São Paulo, 2000.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 – (1994) Salvador: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2006.
_____, 2007.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. Campinas, São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

DINIZ, Clélio Campolina; MARTINE, George. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico. In: **Revista de Economia Política**, v. 11, nº 3 (43), julho-setembro/1991.

FERREIRA, Maria de Fátima Silveira; LEMOS, Mauro Borges. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 484-507, novembro 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades Regionais**. Salvador, 2004. p. 153-176. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2006.
_____, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2009.

LASMAR, José Osvaldo G. A Descentralização da política industrial: o novo papel dos Estados e Municípios. In: MATHIEU, Hans (Org.). **A Nova política industrial: o Brasil no novo paradigma**. São Paulo: Marco Zero: ILDEFES, FINEP, 1996.

MEHL, Tereza Guedes. **A evolução do planejamento regional no Brasil**. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2002. Curso de Pós Graduação em Economia Baiana.

PEDRÃO, Fernando. Condições e perspectivas do planejamento no Nordeste. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades Regionais**. Salvador, 2004. p. 177-191. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

PESSOTI, Bruno Casseb e Gustavo Casseb. Política industrial ou isenção fiscal? Uma análise da atração de investimentos industriais para a Bahia no período 1991-2006. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano X, nº 18, dezembro/2008.

PESSOTI, Gustavo Casseb; SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Século XXI e a atração de investimentos industriais na Bahia: Uma tentativa de interiorização e diversificação industrial. In: **Revista Desenbahia**. Salvador, edição 10, p. 55-71, mar.2009.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento regional na Bahia. In: AVENA, A. (Org.). **Bahia século XXI**. Salvador: SEPLANTEC, 2002.

RICHARDSON. Harry W. **Economia Regional**: Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. 2. ed. Rio de Janeiro, 1981.

ROSSETI, José Paschoal. **Política e Programação Econômicas**. 7. ed. São Paulo, 1987.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo, 1999.

SECRETARIA DA FAZENDA DA BAHIA. Disponível em: <www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br>. Acesso em 07 nov. 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Tendências da Economia Baiana. **Série Estudos Estratégicos**. Salvador, 2000.

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO. 2005.
_____, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Desequilíbrios regionais no estado da Bahia: avaliação e questões estratégicas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Desigualdades Regionais**. Salvador, 2004. p. 203-218. (Série Estudos e Pesquisas, 67).

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil. **Análise Econômica**, ano 11, nº19, março/1993. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional**: A experiência da Bahia. Salvador: Universidade Salvador – UNIFACS, 2003.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: O caso da Bahia. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano III, n.4, p. 28-48, jul. 2001.

UDERMAN, Simone. **Planejamento e indústria**: uma análise das propostas de desenvolvimento e integração territorial na Bahia. III Encontro de Economia Baiana – set./2007.